

--- N.º 8/2021 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE TRINTA DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM. -----

--- Aos trinta dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, ordinariamente, no formato Videoconferência-Online, a Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte: -----

-----ORDEM DE TRABALHOS -----

---PRIMEIRO – INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. (GRELHA D) -----

---SEGUNDO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÃO AO CÓDIGO REGULAMENTAR SOBRE CONCESSÃO DE APOIOS NOS ESTUDOS AOS ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---TERCEIRO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA DIVERSAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS E ILUMINAÇÃO PÚBLICA, E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL COM UM PREÇO BASE DE 7.672.329,76 € (SETE MILHÕES, SEISCENTOS E SETENTA E DOIS MIL, TREZENTOS E VINTE E NOVE EUROS E SETENTA E SEIS CÊNTIMOS) ACRESCIDOS DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, NOS TERMOS DO ARTIGO 36º DO CCP. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---QUARTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA OLIVEIRENSE ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 60.000,00 € (SESSENTA MIL EUROS), PARA APOIO À CONCRETIZAÇÃO DE OBRAS PARA COLOCAÇÃO DE REDES DE VEDAÇÃO, PINTURA DAS PAREDES EXTERIORES DO COMPLEXO

DESPORTIVO E OBRAS DE MELHORAMENTO DOS BALNEÁRIOS E SEDE SOCIAL. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---QUINTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA 2022. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA A)-----

---SEXTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA FAVORÁVEL À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS (PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 6º DA LEI Nº 8/12, DE 21 DE FEVEREIRO, E DO ARTIGO 12º DO DECRETO-LEI Nº 127/12, DE 21 DE JUNHO). TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---A Mesa, presidida por João Nuno Lacerda Teixeira de Melo e secretariada por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e Susana Patrícia Silva Ferreira, verificou a existência de "quórum" e assinalou as seguintes presenças e faltas: -----

ADELINO SILVA COSTA -----

ANA ISABEL MACEDO FALCÃO FERNANDES -----

ANTÓNIO EMÍDIO BRANDÃO PINHO -----

ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES -----

ANTÓNIO FRANCISCO COSTA OLIVEIRA -----

ANTÓNIO JORGE VIEIRA AMARAL -----

ANTÓNIO JOSÉ BRAGA OLIVEIRA -----

ANTÓNIO JOSÉ DINIS PEREIRA-----

ANTÓNIO MANUEL CARVALHO GOMES-----

ARMINDO FERNANDES GOMES-----

ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO -----

AVELINO FREITAS SILVA -----

Assembleia Municipal



BEATRIZ SILVA ABREU SOUSA-----
BERNARDINO GOMES MARTINS -----
BRUNO JOAQUIM TORRES PINHEIRO CUNHA -----
CARLOS ALBERTO COSTA FERNANDES -----
CARLOS ALBERTO COSTA GOMES -----
CARLOS MANUEL MARTINS VALENTE -----
CECÍLIA MARIA CARVALHO MARTINS -----
CLÁUDIA ISABEL NOGUEIRA ARAÚJO-----
DANIELA FILIPA MACHADO TORRES -----
DUARTE ANTENOR SILVA VEIGA -----
ELISA MARIA DOMINGUES COSTA-----
ELSA CRISTINA SALGADO LOPES -----
FÁTIMA SANDRA SILVA MARTINS ARAÚJO -----
FERNANDO JORGE FERREIRA SILVA -----
FIRMINO VILA VERDE COSTA-----
FRANCISCO CASTRO ALVES-----
FRANCISCO JOSÉ NOGUEIRA GONÇALVES-----
FRANCISCO RODRIGUES SÁ -----
GERMANO ANTÓNIO SILVA ARAÚJO-----
JOÃO NUNO LACERDA TEIXEIRA MELO -----
JOÃO PEDRO RODRIGUES FONSECA CASTRO -----
JORGE JOAQUIM DOMINGUES COSTA -----
JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA -----
JOSÉ CARLOS SILVA LIMA -----
JOSÉ JOAQUIM SOUSA GONÇALVES PEREIRA -----
LÚCIA ALEXANDRA ABREU DA SILVA -----
JOSÉ MANUEL MIRANDA PEREIRA-----

Assembleia Municipal



JOSÉ MIGUEL TEIXEIRA CAMPOS -----
JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA -----
LEONEL AGOSTINHO AZEVEDO ROCHA -----
LILIANA MARIA MARQUES RIBEIRO -----
LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA -----
LUÍS ANTÓNIO FERREIRA MIRANDA SILVA -----
MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA -----
MANUEL JOÃO FERNANDES NASCIMENTO -----
MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA -----
MANUEL LIMA SOARES -----
MANUEL NOVAIS OLIVEIRA -----
MANUEL SILVA ALVES -----
MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA -----
MARIA ISABEL CUNHA FREITAS SILVA -----
PAULA MARIA RODRIGUES COSTA AZEVEDO -----
PAULA ROSA GOMES PEIXOTO DOURADO -----
PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO -----
PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA -----
PEDRO JORGE SOUSA SANTOS -----
PEDRO TIAGO SILVA OLIVEIRA -----
RICARDO GABRIEL MENDES VALE -----
RICARDO JOSÉ MESQUITA CARVALHO COSTA -----
RICARDO MIGUEL REGO MESQUITA -----
RUI MANUEL MATOS CARVALHO -----
RUI MIGUEL PEREIRA SANTOS -----
RUI PEDRO PACHECO ALVES -----
SÓNIA PATRÍCIA CORREIA AZEVEDO -----

Assembleia Municipal

SUSANA PATRÍCIA SILVA FERREIRA -----

TÂNIA DANIELA CARVALHO SILVA -----

TOMÁS MANUEL CUNHA E SOUSA -----

--- Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de: -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Deu início à sessão. Deu a palavra ao Presidente de Junta da Freguesia de Ribeirão, para dar nota do falecimento do Dr. Manuel Santos Oliveira. Informou, que deu entrada na Mesa um voto de protesto, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista. -----

---**PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE RIBEIRÃO** – Apresentou um voto de pesar que é do seguinte teor:-----

“No dia 30 de dezembro de 2021, Concelho de Vila Nova de Famalicão, em geral e a Vila de Ribeirão, em particular, ficaram mais pobres, porque perderam um cidadão que muito se destacou pela sua entrega à Comunidade Ribeirense e Famalicense, quer através da sua ação política, quer através da vida associativa. Estamos a falar de Manuel Santos Oliveira, professor, político, dirigente associativo e interventor comunitário.-----

O Dr. Manuel Santos Oliveira, nasceu no dia 28 de janeiro de 1949, foi professor de profissão, tendo lecionado a maior parte da sua vida na Escola EB 2,3 de Ribeirão, e serviu a Freguesia de Ribeirão, como Presidente da Assembleia de Freguesia, no triénio 1983-1985 e no mandato de 1997 a 2001, e como Presidente de Junta, de janeiro de 1986 a janeiro de 1990, aquando a elevação de Ribeirão a Vila. -----

O Dr. Manuel Santos Oliveira, fundador e destacado membro do Núcleo do Partido Social Democrata de Ribeirão e da estrutura concelhia deste mesmo partido, foi eleito Vereador do Município de Vila Nova de Famalicão, no mandato de 1993 a 1997, pelo PSD.-----

Além da vida política, o professor Manuel Santos Oliveira destacou-se ainda no desenvolvimento de Ribeirão, especialmente através do seu envolvimento comunitário de serviço à Paróquia de Ribeirão. -----

No associativismo destacou-se no trabalho abnegado e com espírito de missão no Clube de Cultura e Desporto de Ribeirão, associação da qual foi fundador e fez parte dos seus órgãos diretivos, desde a fundação até ao dia do seu falecimento, tendo desempenhado vários cargos, incluindo o de Presidente da instituição. -----

Esta associação, além de se destacar no Atletismo – sendo uma das principais referências a nível nacional - e na sua Escola de Música, responsável pela formação musical inicial de muitos ribeirenses que se estão a notabilizar pelo mundo da música, foi a responsável pela elaboração do Jornal Viver a Nossa Terra, tendo o Dr. Santos Oliveira sido um dos seus principais dinamizadores, ora como jornalista, como autor de artigos de opinião ou até mesmo como corretor de provas. O importante para ele era servir Ribeirão e a causa pública.-----

Como antigo combatente na Guerra Colonial, Manuel Santos Oliveira também colaborou na dinamização do Núcleo de Ribeirão da Liga dos Antigos Combatentes, responsável pelo Monumento às Mães dos combatentes e pelos painéis de azulejos, autênticas aulas de história da I Grande Guerra Mundial e da Guerra Colonial. -----

Participou ainda noutras associações, tendo sido sócio fundador da Ribeirão Musical, Presidente da Assembleia Geral da Casa do Povo de Ribeirão e Curador do Núcleo da Cruz Vermelha de Ribeirão. -----

A Câmara Municipal, na reunião de 29 de junho de 2011, deliberou a atribuição da Medalha de Mérito Municipal Cultural ao senhor Dr. Manuel Santos Oliveira.-----

Pelo exposto, o Grupo do Partido Social Democrata, na Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, propõe que a Assembleia Municipal delibere: -----

1. Aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento do senhor do Dr. Manuel Santos Oliveira.
2. Apresentar as condolências e a solidariedade institucional à família, concretamente à sua esposa Inês Santos, às das suas filhas Teresa e Inês, e ao seu filho Pedro Oliveira, Vereador do Associativismo, da Cultura e do Desporto do Município de Vila Nova de Famalicão”. -----

--- **JORGE COSTA (PS)** – Sumariamente, para dizer como é óbvio, que o PS se solidariza com este sentimento de pesar professado pelo Professor Leonel Rocha. De facto, Santos Oliveira, foi um homem de causas públicas, discorde-se ou concorde-se politicamente, mas a verdade é que ele foi um homem de serviço e, portanto, é uma perda para Ribeirão, para o Concelho de Famalicão, é uma perda grande de um homem de causas. Neste sentido o PS está inteiramente solidário com o pesar manifestado e endereça também a toda a família um sentido de pesar. A vida é assim, tem ciclos, mas o Santos Oliveira era um homem de bem e fica aqui este registo. -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Não se registam mais inscrições, sendo assim, vamos votar este voto. -----

---**PAULO PINTO (PS)** – Senhor Presidente da Assembleia, peço desculpa a interrupção, mas ainda há um voto do Partido Socialista. Normalmente há a apresentação dos votos, a sua discussão e só depois a votação de todos os votos. -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Senhor Deputado, tendo em conta tratar-se da morte, para além do mais, de um nosso colega autarca de tantos anos, eu não me parece adequado tratar o pesar de uma pessoa, assim a par de um qualquer protesto, saudação ou o que seja relativo à vida normal do município. Portanto se não se importa, vou votar este voto. -----

--- **JORGE COSTA (PS)** – Senhor Presidente, se me permite, eu estou de acordo com a sua metodologia, de facto, isto é tudo muito recente, estamos todos muito combalidos com a partida do Santos Oliveira, portanto entendo e não vejo óbice algum que o desenrolar dos trabalhos abra esta exceção em termos da metodologia normal e usual. O luto, justifica no ver do Grupo Municipal do PS esta exceção. -----

---**JOÃO CASTRO (CHEGA)** – Em nome do Grupo Municipal do CHEGA e da Concelhia, endereçar as condolências à família do Dr. Manuel Santos Oliveira. -----

---POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO DR. MANUEL SANTOS OLIVEIRA, FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE. -----

---Procedeu-se ao minuto de silêncio-----

---JOSÉ PEREIRA (PS) - Apresentou um voto de protesto que é do seguinte teor: -----

---“O Partido Socialista enquanto maior partido da oposição, e pelo facto de já ter liderado este Concelho, não está, nem nunca estará contra o progresso e melhoria das condições de vida e usufruto do espaço público por todos os Famalicensenses. Contudo, não pode ficar silenciado perante o comportamento político da coligação que lidera este Concelho. Assim, na sua ação política e fiscalizadora, denuncia e evidencia aquilo que considera ser uma total falta de planeamento e execução das obras a cargo do município. Entende que uma grande parte delas se iniciaram de forma precipitada, orientada pela insaciável avidez propagandística e eleitoralista, sem o devido planeamento e acautelamento dos seus efeitos e constrangimentos adversos na vida de milhares de Famalicensenses.-----

Disso, são alguns exemplos que cito: a inauguração precipitada em período de pré-campanha eleitoral do Teatro Narciso Ferreira em Riba D`Ave, sem que a obra tivesse plenamente concluída, prometendo aquilo que à data ainda não podia honrar aos famalicensenses e em particular a Riba D´Ave; a alegada paragem/demora das obras de requalificação da N309 em Vilarinho da Cambas, pondo em causa inclusive, a segurança na circulação rodoviária; o sucessivo adiamento das obras de requalificação do centro urbano que têm causado constrangimentos insanáveis a todos os famalicensenses e em particular, ao tecido empresarial e comercial; o atraso da obra referente à rede intraurbana Pedonal e Ciclável, que decorrem na imediações do parque escolar, doravante prometida para 120 dias e que efetivamente ainda se encontram em curso. Neste particular, a solução encontrada gerou e amplificou, de forma inqualificável, o caos rodoviário e a supressão de estacionamento automóvel no acesso às instituições escolares de saúde que aí se encontram.-----

Perante estes e muitos outros exemplos aqui não referidos, constata o Partido Socialista que são a prova cabal e suficiente de que as obras enfermam de falta de planeamento na sua conceção, execução e nos efeitos que as mesmas produzem pelo que, merecem da nossa parte o mais contundente protesto, sugerindo ao executivo que tome as medidas adequadas na mitigação dos problemas gerados.-----

Pelo exposto o grupo municipal do Partido Socialista dirige-se a esta Assembleia, desafiando todos os grupos políticos doravante aqui representados, que se associem e votem favoravelmente o voto de protesto censurando politicamente e desta forma a praxis do executivo municipal”. -----

---JORGE OLIVEIRA (PSD) - Ninguém por certo negará que as obras publicas em geral, causam transtornos e prejuízos, mas uma vez concluídas, os incómodos passam e os benefícios ficam. Nós não negamos essa circunstância, mas negamos que haja falta de planeamento na conceção e execução de um conjunto de obras públicas identificadas no Voto de Protesto. O PS sabe que estas obras foram objeto de candidaturas a fundos comunitários cuja tramitação não está sob o controlo da câmara municipal. O PS sabe que estas obras foram objeto de concurso publico cuja tramitação, mormente naquela que se prende com o exercício de direitos dos concorrentes, não está dependente da vontade da autarquia. O PS sabe que a adjudicação destas mesmas obras está sujeita ao visto prévio do Tribunal de Contas cuja demora não pode ser assacada à autarquia. O PS sabe que as sucessivas declarações do Estado de Emergência introduziram fatores excecionais no que respeita ao cumprimento dos contratos públicos nomeadamente no que concerne ao alargamento da possibilidade de suspensão de obras, prorrogação de prazos e revisão de preços. O PS sabe, até porque há mais de um ano a esta parte, é notícia diária que a escassez de materiais de construção conduziu não só a uma escalada de preços, mas também ao protelamento dos prazos para a conclusão das obras por força dos atrasos nas entregas de materiais. O PS sabe que a Câmara Municipal vem adotando um conjunto de medidas para mitigar os efeitos negativos na execução destas obras, tais como: -----

---Libertando, parcialmente, mas logo que possível algumas das artérias intervencionadas. Veja-se o caso da Rua José Azevedo Menezes, da Rua do Ferrador, da Rua D. Pedro V e da Rua José Gomes de Matos; -----

---Abrindo ao publico áreas de estacionamento renovado, como é o caso dos 75 lugares no antigo campo da feira ou criando um parque de estacionamento transitório com 150 lugares na antiga central de camionagem; -----

---Intervindo nos espaços exteriores do Centro de Saúde da cidade de modo a facilitar o embarque e desembarque de pessoas com mobilidade reduzida; -----

---Isentando e compensando financeiramente os detentores de explanadas pelos prejuízos causados pelo necessário encerramento daquelas; -----

O PS sabe tudo isto, mas faz de conta que não sabe e protesta. Protesta porque provavelmente está contra estas ou algumas destas obras. No caso concreto das obras de reabilitação urbana não temos grandes dúvidas sobre o que pensa o PS. Sobre estas o seu candidato à Câmara Municipal produziu abundantes afirmações tais como e passo a citar:

-“obras de interesse questionável como aquelas que viraram do avesso o centro da nossa cidade”; “reabilitações e intervenções estéticas para ganhar votos”; “obras de fachada para tentar caçar votos”. Estamos esclarecidos. -----

Uma nota final sobre as obras no Cineteatro Narciso Ferreira, para dizer que na passada terça-feira, dia 28 de dezembro, a Assembleia de Freguesia de Riba de Ave aprovou por unanimidade, repito, aprovou por unanimidade, um Voto de Louvor ao Dr. Paulo Matos Cunha pelas opções que este tomou como Presidente da Câmara Municipal, desde logo pelo investimento público realizado naquela vila com destaque, entre outros, na requalificação do Cineteatro Narciso Ferreira. Também estamos esclarecidos. -----

Neste investimento em concreto, há uma divergência insanável entre o que diz o PS de Famalicão e o que diz o PS de Riba de Ave, ou pelo menos os autarcas da Vila de Riba de Ave.-----

---ARMINDO GOMES (CDS) – Eu quando li o voto de protesto do Partido Socialista, referente à N309, eu pensei que era contra o governo este voto de protesto. Eu digo isto porquê, afinal há um diferendo entre a Câmara Municipal e o Estado quanto à classificação da N309. A Câmara está em tribunal com o Estado e a dívida à Câmara anda na ordem dos seis milhões de euros. Embora já se vá falando num possível acordo entre as partes, mas este voto de protesto, de facto, devia ser contra o Governo e nunca contra a Câmara. A respeito das obras em curso na N309, a responsabilidade das obras é da junta de Freguesia, possivelmente a Presidente de junta vai falar sobre isto, é uma obra de alargamento, se a estrada reverter para o Estado quem vai beneficiar é o Estado, claro que quem beneficia sempre são as pessoas que passam lá, as pessoas de Vilarinho, Ribeirão, Fradelos e Calendário, são todas as pessoas que beneficiam com esta obra. Trata-se de uma obra de alargamento que está em curso, e com o inverno parou alguns dias de facto, não vejo nada que impeça o trânsito de passar naquela estrada, principalmente de noite fica completamente desimpedida, durante o dia é um trabalho normal do alargamento de estrada e, portanto, o mais importante é termos uma N309 com melhores condições para quem lá passa do que quinze dias para trás ou quinze dias para a frente na execução da obra.-----

---PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE VILARINHO DAS CAMBAS

– É sobre o alargamento da N309, fiquei um bocadinho estupefacta com o voto de protesto do Partido Socialista. Não entendo, porque a obra está dentro do prazo de execução, parou sim, por algumas questões ligadas à pandemia, outras ligadas ao tempo atmosférico, outras pela própria gestão do Empreiteiro que tem todo o direito, dentro do tempo do prazo de execução de fazer a gestão das suas obras, não é a única obra que ele tem certamente. A obra está em andamento, a primeira parte do alargamento está quase terminada e já se iniciou a construção dos muros. Não entendo aqui a questão da segurança, mencionada pelo grupo Municipal do PS, a obra esteve sempre sinalizada e acautelada, é certo que tem alguns constrangimentos de trânsito, mas com disse o senhor

Deputado do CDS são questões que são normais num alargamento, quanto mais numa estrada municipal. Portanto, não entendo sinceramente este voto de protesto, e ao mesmo tempo causa-me uma certa estranheza que venha este assunto à Assembleia Municipal, quando em Assembleia de Freguesia o grupo do PS se congratulou com o alargamento da 309 e sempre achou, que era uma obra necessária e importante, nunca questionou sequer o prazo de execução da obra, não fez questões sobre o atraso ou a paragem desta obra. A obra está em andamento, esta 1ª fase estará terminada, tenho eu garantias por parte do Empreiteiro, dentro do prazo de execução e depois avançaremos para uma 2ª fase que dotará esta estrada, porque foi sempre uma estrada com imensos problemas, muito sinuosa, com problemas de trânsito terríveis e os senhores Deputados do PS sabem muito bem porque muitos deles passam lá diariamente, e acho que os sacrifícios que temos que fazer para que esta estrada seja alargada vão ter vantagens muito grandes no futuro, é uma estrada com cada vez mais trânsito, com mais pesados a circular e merecia já há muito uma intervenção. Da minha parte eu estou disponível para qualquer outra pergunta que queiram fazer, e tenho dito todos os esclarecimentos que queria prestar.-----

---JORGE COSTA (PS) – De uma forma muito sumária, o PS sabe o que sabe, e não precisa que seja o PSD a dizer o que o PS sabe. E o PS sabe, que na 309, em vilarinho das Cambas e Fradelos, caíram já vários postes para o lado direito e Graças a Deus não caíram para o lado esquerdo, porque senão podiam ter ali ocorrido mortes. E o PS também sabe, que o empreiteiro nada disse ou fez sobre aqueles alargamentos, foram feitos uma semana antes das eleições, com intenções claramente eleiçoeiras, duvido até e faço aqui o desafio, para que esclareçam se aquelas obras estão cabimentadas, estão entregues a alguém ou estão para lá os postes ao Deus Dará. É da segurança das pessoas que estamos a falar e, portanto, tem de haver algum recato. A senhora Presidente de Junta de Vilarinho, se calhar só vem para Calendário, se viesse para Fradelos também neste sentido via o que se passa ali à volta e aqueles postes todos caídos, podem cair na família dela, portanto, é preciso algum cuidado com estas coisas quando estão em causa razões de segurança. A

mesma crítica é para o senhor Deputado, Armindo Gomes, que venha para Fradelos e veja quantos postes estão ali caídos, é disto que estamos a falar. Quando a Assembleia de Freguesia de Vilarinho se pronunciou sobre as questões e o PS se pronunciou não teve em linha de vista aquilo que aconteceu a uma semana das eleições na ligação de Vilarinho das Cambas e Fradelos. À parte disso, a verdade é que nós estamos a habituar a inaugurações proibidas por lei nos jornais, foi o que aconteceu com o Teatro Narciso Ferreira em Riba de Ave, e a Câmara não teve a coragem nem a verdade de dizer, a obra não está pronta e de facto, não está, e é preciso haver verdade na política. Vocês estão habituados a fazer aquilo que entendem e vêm dizer aquilo que entendem, mas também de ser confrontados com uma oposição que quer acima de tudo discussão séria sobre as coisas. E obras de fachada sem planeamento, continuem a fazê-las, mas, contarão sempre com a nossa crítica. -----

---JOÃO CASTRO (CHEGA) - O Grupo Municipal do Partido Socialista, tem um gosto especial por agitar as águas a propósito de tudo e a propósito de nada, uma resta tentativa de sobressair, parece-me a mim que a maioria é clarificadora. As Obras são o que são, e todos os Famalicensenses quer no centro da Cidade, quer nas Freguesias, estão na expectativa do que é que isto vai dar, nós também estamos numa expectativa para ver qual é o resultado destas obras. De resto, consideramos que tudo o que for feito para um melhoramento da vida dos Famalicensenses é bem-vindo, tenhamos paciência porque de facto, a nossa Cidade precisa de remodelação, as nossas Freguesias precisam de um reordenamento e precisamos de uma vez, de acabar com aquelas políticas que obedeciam a uma certa ditadura do Empreiteiro. Agora parece-me que já há algum planeamento e esse planeamento está a ser conseguido, haja paciência, é preciso haver paciência e como disse anteriormente, nós estamos na expectativa para ver de que forma é que estas obras vão melhorar a vida dos Famalicensenses. Parece-me a mim, que o Partido Socialista protesta por tudo e por nada, e parece-me também, que o PSD cai sistematicamente no jogo político do PS. Portanto, os Famalicensenses são muito mais do que PS e PSD, há outros

assuntos muito mais importantes para discutirmos, e são esses assuntos pelos quais nós nos debatemos.-----

---TÂNIA SILVA (CDU) – Dizer que acompanhamos, naturalmente, o voto de protesto apresentado pelo Partido Socialista. Pois a falta de planeamento e oportunismo eleitoralista fez esgotar não só a paciência dos Famalicensenses, mas até a matéria prima da pedreira da Freguesia da Portela por exemplo. Permitam-me também dizer, que o PSD deveria saber que quatro anos de mandato servem para realizar as obras necessárias durante esse mandato, e creio que os Famalicensenses, não estão à espera de que estas explosões de obras sucedam sempre no último ano, e curiosamente muito próximo das eleições autárquicas. Mas não poderíamos deixar de dizer, que efetivamente, poderíamos aqui acrescentar muitos mais exemplos, incluindo até da responsabilidade do Governo. E apenas lembrar, que quanto à falta de planeamento e operações propagandísticas, quando este executivo municipal foi da maioria Socialista não terá sido muito diferente.

---PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE VILARINHO DAS CAMBAS

– Senhor deputado, Jorge Costa, discussão séria peço-lhe eu a si, porque se leu o voto de protesto que o seu partido apresentou, fala do alargamento da 309 em vilarinho das Cambas, não fala do alargamento da 309 em Fradelos. Eu ouvi-o aqui pela primeira vez, mas sei o que ouvi. Depois, eu não sou responsável pelas obras que estão a ocorrer na ligação entre Vilarinho e Fradelos, como o senhor Deputado sabe, essas obras estão a ocorrer no território de Fradelos. Portanto, isto é uma obra da Junta de Freguesia e está a ocorrer entre Vilarinho e Calendário, e não entre Vilarinho e Fradelos. Não entendo realmente, esta animosidade em colocar em causa uma obra dentro do prazo de execução, está a ocorrer dentro da normalidade, por isso não entendo. Também lhe queria dizer outra coisa, eu não trabalho para os meus familiares, eu trabalho para os Vilarinhenses que me elegeram. Portanto se os postes tiverem que cair, primeiro, não é responsabilidade minha e não vou fazer mais ou menos porque passam lá os meus familiares ou não. -----

---**ARMINDO GOMES (CDS)** – Senhor Deputado do Partido Socialista, Jorge Costa, que eu respeito muito como ele me respeita a mim. Mas, há aqui algumas contradições, e não é fácil nós chegarmos a um entendimento quando o Dr. Jorge Costa vê política como política, eu vejo a política como um trabalho. A estrada de Vilarinho-Calendarário e Vilarinho-Fradelos, esteve estes anos todos, o Dr. Jorge costa sabe bem, desde a sua desclassificação nestes anos todos ninguém sabe quem é o dono da estrada, se é o Estado ou se é a Câmara. Isto porquê, se a Câmara anda em Tribunal desde a sua desclassificação e o Estado tem uma dívida perante a Câmara de cerca de seis milhões de euros, estão a tentar chegar a acordo, há uma negociação e estão a ver se chegam a um acordo, até sair esse acordo não se sabe, a Câmara não irá gastar dinheiro nessa estrada, mas a Junta de Vilarinho está a fazer junto ao Centro de Vilarinho numa pequena obra, mas não vai gastar um alargamento e pavimentação na estrada 309. Neste momento, eu considero, enquanto o Estado não pagar à Câmara os cerca de seis milhões que deve, a responsabilidade daquela estrada é do Estado, enquanto o Estado não pagar os seis milhões que deve à Câmara, a Câmara não vai gastar dinheiro numa obra que não é da Câmara Municipal. Ninguém quer que caia um poste, ninguém quer que caia uma árvore, tudo isto pode acontecer. -----

---A respeito da CDU, se a senhora Deputada rever o Plano e Orçamento que provavelmente vai ser aprovado ainda hoje, as obras que estão em Orçamento para 2022, e não é ano de eleições em 2022. A Câmara Municipal faz obras todos os anos, não tem a ver com atos eleitorais, as Juntas de Freguesia fazem obras todos os anos. Noto aqui alguma falta de sensibilidade, de responsabilidade e de visão do Partido da CDU, ou não percebe nada de obras, ou então escreveu uma coisa para ser bonita. Sempre se fez obras sem ser anos de eleições, é bom rever o Plano e orçamento para 2022 e verificar quantas obras estão inscritas para esse ano, também para a Cultura e para o Desporto. Vamos ver isso daqui a um bocadinho, se não reviu vai discutir um documento sem saber. -----

---JORGE COSTA (PS) – Senhor Deputado, Armindo Gomes, se a responsabilidade não é da Câmara, porque é que lá foi fazer aquelas escavações que põem em causa a segurança dos utentes? Quem é que Vossa Excelência quer enganar? Se aquilo é da responsabilidade do Governo, o que é que a Câmara e a Junta Fradelos lá foram fazer, porem os postes a cair? Mais dia menos dia um deles pode cair em cima dos utentes. Senhora Presidente da Junta de Vilarinho, não lhe fica nada bem sacudir a água do capote a dizer que a responsabilidade não é da Junta de Vilarinho, até parece que os Vilarinhenses não usam aquela estrada e não possam ter um acidente como Vossa Excelência muito bem sabe, não lhe fica bem esse sacudir água do capote. -----

---ELISA COSTA (PS) – Eu gostaria de recentrar esta discussão naquilo que é o sentido real do voto de protesto do Partido Socialista e, ao qual ninguém pode fugir. Na realidade, foram feitas mais obras meses antes das eleições, de uma forma atabalhoada e pouco planeada. Na realidade, nós podemos discutir a fundo, se são necessárias as obras do Centro Urbano da maneira como foram feitas, quais serão os benefícios. Podemos discutir a fundo, o que é que foi feito junto ao Centro de Saúde, o que é que foi feito junto à zona Escolar, se de facto, a ciclovía era importante para Famalicão, ou se era necessário infraestruturar de outra maneira e conceber o espaço Urbano de outra maneira. E, portanto, há aqui um conjunto de discussões ao qual não podemos fugir. Podem chamar ao Partido Socialista, enfim, de clamoroso, mas é este sentido que nós queremos aqui deixar vincar junto desta Assembleia. E que não tem a ver com uma Junta de Freguesia em especial e, portanto, a senhora Presidente de Junta da Freguesia de Vilarinho das Cambas chamou a si esta discussão, mas de facto, ela não lhe pertence, ela pertence à Câmara Municipal e às Juntas de Freguesia que estão diretamente envolvidas nestas obras todas. -----

---JORGE OLIVEIRA (PSD) – O PS claramente se percebe que se precipitou na apresentação deste voto, e não refletiu nem sobre aquilo que escreveu, e sobretudo não falou com ninguém. De facto, o PS fala-nos do Teatro Narciso Miranda, coisa que nem

existe, não reparou que se trata de Teatro Narciso Ferreira. Fala-nos de uma inauguração que não aconteceu, porque o que aconteceu foi uma visita promovida pela Câmara aberta ao público, onde participaram Deputados Municipais do Partido Socialista e outros dirigentes do Partido Socialista, porque era aberta ao público e é uma visita de trabalho, e foi entendida e anunciada com tal. Depois o PS fala-nos da estrada 309, que pelos vistos reconhece que ela está sob a alçada do Estado, da Administração Central, e não sob a alçada da Autarquia. Depois protesta com as obras que estão a decorrer na Freguesia de Vilarinho das Cambas, mas cita como exemplos de insegurança o que está a acontecer, nas palavras do Partido Socialista, em Fradelos e Calendário. E depois, foi esta noite aqui claramente desmentido pelos seus Autarcas nas Freguesias de Riba de Ave e Vilarinho das Cambas, que discordaram inteiramente daquilo que hoje, o PS de Famalicão aqui disse. E isto sim, senhor Deputado, Jorge Costa, não lhe fica bem de facto, o Senhor desautorizar os seus Autarcas da Vila de Riba de Ave e da Freguesia de Vilarinho das Cambas, não sei se eles lhe vão perdoar a ofensa que o Senhor lhes fez em público, repare, em público, e ainda por cima para dizer coisas que não correspondem à verdade de forma alguma e que foram hoje contrariadas e muitíssimo bem, pelas intervenções que me antecederam. -----

--- POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE PROTESTO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA, RELATIVAMENTE ÀS DIVERSAS OBRAS, FOI O MESMO REJEITADO COM CINQUENTA E DOIS VOTOS CONTRA E DEZASSETE VOTOS A FAVOR -----

--- Terminado o período de Antes da Ordem do Dia, passou-se de imediato ao período da:

-----ORDEM DO DIA -----

--- PRIMEIRO PONTO – INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---**PAULO PINTO (PS)** – Em continuação com o voto de protesto, em relação à falta de planeamento de obras, e como o Partido Socialista vai continuar a defender os interesses de Famalicão e dos Famalicenses com a postura e coação que entende mais correta, não se inibindo com qualquer tipo de pressão nem outro tipo de subterfúgios, vou fazer quatro perguntas ao Senhor Presidente da Câmara relativamente a esta matéria, pedia o esclarecimento rápido e a resposta o mais breve possível. Duas delas tem a ver com obras já terminadas, a primeira tem a ver com as obras junto ao Centro de Saúde de Vila Nova de Famalicão, em que o facto a Ciclovía estar a ocupar a faixa da direita e o sítio de estacionamento ter sido eliminado. O que acontece hoje em dia numa via que tem bastante trânsito, já todos sabemos é bastante complexa, as pessoas param na via para largar as pessoas, ou os utentes que têm que se deslocar ao Centro de Saúde. Esta situação não acontecia no passado porque havia espaço para estacionarem. -----

---Eu gostaria de perguntar ao Senhor Presidente, se tem prevista uma solução, visto que a solução por muito bonita que seja causa um transtorno ainda maior àquela situação caótica. -----

---Outra questão, tem a ver com a situação das passadeiras no Centro Urbano, dou o exemplo da passadeira da Rua Ernesto Carvalho, em que foi feita a sua passagem para mais junto da Avenida 25 de Abril. Por muito bonito que seja, imagino que tenha sido uma questão estética para ficar na continuação da parte dos peões que vêm da Avenida 25 de Abril, mas na prática o que acontece é que por um lado é muito mais perigoso para os peões, porque os carros que circulam na Avenida 25 de Abril viram automaticamente e não há aquele espaço de quatro ou cinco metros que permitiam exatamente o carro parar e por outro lado, quando acontece uma situação dessas a viatura tem de ficar imobilizada na Avenida 25 de Abril. Portanto, eu gostaria de saber por parte do Senhor Presidente, se está a ponderar alguma operação nesse sentido para retificar esta situação. -----

--Terminando, só relativamente a duas obras que acontece na União de Freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário, em especial na Rua do Outeiro e na Rua Fontes Pereira de Melo. De acordo com a informação recolhida na Junta de Freguesia, primeiro há o facto de as obras não estarem terminadas, antes pelo contrário, segundo a informação que temos, não estão terminadas porque a Câmara ainda não fez a sua parte e no caso tem de terminar e fazer as obras de saneamento para que permita terminar as outras obras. Visto que a situação é caótica nessas duas ruas, gostava de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se está prevista uma intervenção nesse sentido, visto que no Plano de Atividades e Orçamento que vamos agora debater não é possível visualizar se o mesmo está orçamentado. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – Antes de dar a palavra à Senhora Deputada Tânia Silva, queria apenas agradecer os votos da minha presença nesta Assembleia Municipal, de resto como sabem é quase permanente, mas também como sabem, eu estive envolvido numa disputa para a presidência do meu partido, correndo o País em campanha, disputa essa que depois por razões que são públicas acabou por não acontecer, o meu oponente decidiu que afinal já não queria ir a votos. Seja como seja, o que é facto, é que sempre que haja circunstâncias eleitorais de qualquer Membro a ausência está por si mais do que justificada, sei que o sabem porque senão não agradeciam a minha presença, muito obrigado. -----

---TÂNIA SILVA (CDU) – Apresentou documento escrito, que é do seguinte teor: -----

---“Senhor Presidente, ao dia 9 de novembro a população Joanense viu-se confrontada com a decisão inesperada e apressada do abate de uma árvore centenária, alegadamente por motivos de segurança. O Grupo Municipal da CDU ouviu a população. O processo de abate causou geral indignação, particularmente aos moradores da Rua da Carvalheira, topónimo atribuído precisamente pela identidade e presença, até à data do seu derrube, daquela árvore centenária. Reconhecedores da falta de competências para elaborar estudos, análises ou relatórios de avaliação sobre esta matéria, aquilo que a população

exige é a transparência neste e noutros processos futuros. A comunicação prévia feita nas redes sociais pelo Senhor Presidente da Junta, e o abate imediatamente na manhã do dia seguinte a essa comunicação, bem como, a omissão da apresentação do relatório, o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Vereador do Ambiente, têm de reconhecer que todo este processo, de transparente tem muito pouco. Aliás, recordamos que numa entrevista dada aos órgãos de comunicação locais, o Senhor Vereador do Ambiente disse, e passo a citar, “A Câmara Municipal está disponível para dar a conhecer o relatório feito a quem o desejar conhecer”. A verdade, é que o Grupo Municipal da CDU continua à espera do envio desse relatório e das respostas às perguntas por nós levantadas, desde 17 de novembro. Senhor Presidente e Senhor Vereador, importa lembrar que de acordo com o artigo 14º, da alínea d) do Regimento da Assembleia Municipal, existe o prazo legal previsto que não está a ser cumprido pelo município, e passados, exatamente, um mês e 13 dias, a CDU e a população de Joane continuam sem respostas. E continuam sem respostas, de modo acrescido, porque o Senhor Presidente da Junta de Joane se tem recusado a esclarecer a população. Ainda na última Assembleia de Freguesia pediu-se esclarecimentos sobre o tema e as questões colocadas foram completamente desvirtuadas. É verdade que não se poderá recuar na ação executada pela proteção civil, com o aval da Câmara Municipal, mas importava de facto que a população visse as suas dúvidas esclarecidas, até para os ânimos apaziguarem e encontrar-se uma forma simbólica de identificar que, naquele local, esteve uma Carvalheira carregada de história e que acompanhou o crescimento de gerações e gerações. Para o futuro, importava também que este município considerasse outras alternativas que não passe só e apenas pelo abate de árvores. Lembrar, por exemplo, o processo feito no Parque da Devesa, onde se colocou uma estrutura de ferro para suportar todo o esqueleto de uma árvore! E essa sim, visivelmente envelhecida. Senhor Presidente, não podemos fazer notícia por plantar 700 árvores no Parque da Devesa, e por outro lado, abatermos com nenhuma hesitação árvores centenárias. A Natureza e o Ambiente merecem mais respeito”. -----

---PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE JOANE – Só para dar conhecimento, estive na reunião da Assembleia de Freguesia de 16 de dezembro na Freguesia de Joane e por acaso não vi a senhora Deputada lá presente, mas estive e com todo o gosto a receberia na minha Freguesia. Para dizer que da parte do Presidente da Junta, todos os esclarecimentos foram feitos nessa Assembleia quanto ao assunto aí referenciado e esclarecida a população devidamente que quis estar presente a assistir.----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Relativamente ao Deputado Paulo Pinto, permita-me que faça os seguintes esclarecimentos para se quiser interpretar as respostas. -----

---As obras na ciclovia junto ao Centro de Saúde, como é sabido existiam lá alguns lugares de estacionamento que não serviam o Centro de Saúde. Portanto, o que existia era um conjunto de lugares que eram desde logo ocupados de manhã cedo para quem ia apanhar o comboio, estacionavam ali como sabe, de manhã até à noite. Nunca houve lugares de estacionamento que permitiam servir o Centro de Saúde que existe no local. Isto é logo o primeiro ponto, por isso o esclarecimento. Nós, obviamente, sensibilizados com essa questão da largada e recolha de doentes, porque sempre devia ter sido efetuada dentro ou à porta dos Centros de Saúde existentes no local, nós desde logo, pedimos à ARS Norte, que nos permitisse desenvolver algumas obras para que esta largada e recolha de doentes pudesse ser efetivada à porta do Centro de Saúde, ou dos Centros de Saúde, como sabe há lá mais do que um. E, portanto, a ARS à cerca de uns dias atrás, deu-nos a resposta positiva de que poderíamos desenvolver as obras necessárias para o efeito, são pequenas obras que já estão desenvolvidas, a partir daqui a poucos dias será possível largar e recolher doentes à porta do Centro de Saúde, mas até à data nunca foi possível estacionar como o Senhor disse, erradamente, à porta do Centro de Saúde, muito menos na estrada. Portanto, vai ser uma melhoria significativa das condições existente até agora e ao longo das décadas todas, desde a existência dos Centros de Saúde pela primeira vez

há uma grande melhoria no que concerne à largada e recolha dos doentes como tem de ser. -----

---Relativamente às passadeiras que aí referiu, isto é meramente uma retificação técnica. O que a Câmara Municipal absorveu por via dos estudos técnicos, é que as passadeiras deviam ser desenvolvidas no trajeto normal que as pessoas fazem, as pessoas tendem a desenvolver uma trajetória retilínea e, portanto, o que elas faziam era passar fora das passadeiras, pelo menos uma parte das pessoas. O estudo para além de demonstrar isso, também quis retificar e se reparar agora as passadeiras estão numa situação retilínea dos passeios. Foi tão só isso que sucedeu, trata-se de uma retificação técnica. -----

---Relativamente à Rua Fontes Pereira de Melo, salvo erro em Calendário, penso que foi essa referência que fez, eu não tenho conhecimento que esta Rua esteja encerrada ao trânsito. Sei que há uma necessidade de substituir o saneamento, porque é um saneamento antigo que convive com as águas pluviais, como infelizmente uma parte significativa do Concelho pelos muitos erros que foram cometidos há muitos anos atrás, em que as águas pluviais se misturam com o saneamento e, portanto, terá que haver essa substituição e a Junta de Freguesia irá promover essa substituição das redes que falei, não só saneamento, mas também das águas pluviais. -----

---Quanto à Deputada, Tânia Silva, relativamente ao abate do carvalho. O Senhor Presidente de Junta de Joane e bem aqui fez referência, já fez uma explicação. Como é sabido, nós e já demos provas disso, não de agora, mas já desde há muito, nós gostamos muito de árvores, mas também gostamos muito das pessoas, as pessoas estão sempre em primeiro lugar e a segurança das pessoas estará sempre em primeiro lugar independentemente de tudo o mais. Nós também já vimos muitas vezes na televisão o que é que tem sucedido pela preservação de uma forma indiscriminada e aleatória de algumas árvores, por isso é que há estudos técnicos que nos dizem quais são as árvores que porventura, já não estão em condições de continuarem a estar no local. E portanto, sempre que é possível transferir transferem-se, quando não é possível têm de ser removidas, aqui

trata-se apenas de uma questão de segurança, quisemos evitar mortes com o facto daquela árvore persistir, porque o estudo técnico assim dizia. -----

---Quanto à entrega do relatório, a informação que tenho é que ele está disponível, não sei se houve aqui alguma falta de interpretação, mas ele está disponível e desde já, ser-vos-á entregue o relatório técnico que deu origem ao abate da árvore pelas razões que enunciei. Tratava-se de uma árvore que poderia causar insegurança grave às pessoas pela dimensão, quer dos ramos, quer da árvore. -----

---**ELISA COSTA (PS)** – O Partido Socialista gostaria de trazer aqui a esta Assembleia e nomeadamente, ouvir do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Mário Passos, ouvi-lo a abordar uma questão que assume uma importância significativa no funcionamento das nossas escolas, estamos a referir-nos ao trabalho temporário. De facto, embora o trabalho temporário seja por Lei, por definição, por prática, ou melhor, por Lei e por definição transitório, a curto prazo, para reorientar empresas, para enfim, substituir pessoal em falta etc. Ele tem sido utilizado pela Câmara Municipal para preencher as necessidades de recursos humanos na área da educação e para alocar funcionários assistentes operacionais nas nossas escolas. São comuns estes contratos com duas horas por dia, quatro horas, onde poderiam estar dois funcionários estão quatro, enfim, há uma série de situações. Estando o Senhor Presidente, Dr. Mário Passos, em início do mandato, gostaríamos de chamar à atenção esta situação e para as suas implicações negativas. Senão vejamos, para já, obviamente, na vida dos famalicenses diretamente visados, que não só têm trabalho parcial com todas as consequências que isso implica na sua formação profissional, na sua implicação na vida da instituição, enfim, naquilo que é a sua inserção entre os pares e as estruturas de coordenação educativa, como também na sua vida pessoal e também a nível das instituições. O comprometimento, aquilo que é a cultura da instituição, aquilo que é a ligação aos projetos educativos, ficam obviamente com falhas quando se recorre de forma sistemática ao trabalho temporário para colocar os recursos humanos na educação.

E portanto, gostaríamos de saber, se vai manter esta prática? Se de facto, vai haver uma **reorientação quanto à colocação de assistentes nas escolas?** -----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** – Dizer antes de mais ao Senhor Presidente da Junta de Joane, que eu não estive presente, mas os meus camaradas do Partido fizeram-se representar. Mas também dizer-lhe, que não estive na Assembleia porque naturalmente não sou Joanense, mas estive com a população ao dia 16 para ouvir e perceber as suas inquietações, ouvir aquilo que realmente os preocupava e, uma das preocupações foi exatamente todo o processo, um pouco escondido, digamos assim, porque as respostas que ouviram foi de que apresentariam o relatório se assim o bem entendessem, ou aliás, o assunto já teria sido todo discutido. -----

---Apresentou documento escrito, que é do seguinte teor: -----

---“Agora adiante, Senhor Presidente, tal como a questão levantada relativamente à Carvalheira na freguesia de Joane, o Grupo Municipal da CDU questionou esta Câmara acerca do número de espaços desportivos existentes no concelho. Acreditando que todos os aqui presentes saibam, a prática de desportos tem vindo a assumir enorme relevância para a sociedade, seja a prática individual, ou coletiva. Aliás, os valores de abril defendem e reconhecem o Desporto como uma atividade democrática, e como um direito de todos. Mas a verdade é que continua a existir, por parte dos governos e de algumas autarquias, uma constante desvalorização de determinadas modalidades e atletas, considerando as suas conquistas e prestações nacionais e internacionais como secundárias. Em Famalicão parece não ser diferente. Apesar do ligeiro aumento do número de praticantes e diversidade de modalidades e escalões, este município continua a ignorar as suas fragilidades e reais necessidades de apoio! Que ninguém se engane! Se existe uma grande representatividade quer de modalidades, quer de atletas nos mais diversos escalões tal deve-se ao esforço meritório das associações e clubes do concelho. No que respeita ao município compete-lhe assegurar condições e um ambiente propício para a prática desportiva, amadora ou federada. Por outras palavras, os apoios necessários e urgentes

que muitas associações famalicenses reclamam dizem respeito à falta de instalações desportivas e materiais. Por essa razão, não se compreende como se pode pensar em candidaturas à Capital Europeia do Desporto 2025, ao mesmo tempo que nos deparamos com situações como as que sucederam com a secção de futsal feminino do GRAL. Situação que sai agravada por declarações do Senhor Presidente em que ao afirmar, e passo a citar: “O concelho já tem projetos de futsal em número suficiente e descentralizados pelo território”. Parece-nos grave que o anterior vereador do associativismo e do desporto não saiba que a secção de futsal feminino do GRAL é a única equipa de futsal feminino federada neste concelho e que as suas afirmações transpareceram uma grande falta de vontade e discriminação do desporto no feminino. A mesma falta de vontade verifica-se na concretização da promessa bem antiga sobre o Centro de Atletismo de Famalicão. Uma promessa com sucessivos anúncios, que somente serviu de propaganda política e repetidas tentativas de apaziguar os ânimos das associações e dos praticantes da modalidade. Enquanto isso, desde 2016 que os cerca de 300 atletas federados nas coletividades famalicenses aguardam por um projeto, obra que para este município não deve ultrapassar a verba de 2 milhões de euros, sendo que esta meta, mais do que o valor envolvido, o que nos parece é que serve apenas para justificar o seu consecutivo adiamento, não passando de uma promessa vazia”. -----

---PAULO PINTO (PS) – Senhor Presidente da Câmara, só algumas retificações às suas respostas, eu provavelmente expliquei-me mal. Relativamente aos lugares de estacionamento junto ao Centro de Saúde, nunca disse que os mesmos se destinavam aos utentes do Centro de Saúde. O que existia eram realmente lugares de estacionamento em que os utentes podiam estacionar, eram utilizados pela população a nível geral. O facto, é que foram eliminados, inclusive existe hoje em dia uma paragem de autocarros e estes têm de parar no meio da via para recolher e largar os passageiros interrompendo o trânsito. Portanto, registei de qualquer maneira da sua parte que há uma retificação umas obras em

curso, ou que já estão terminadas e que vão resolver essa situação. Isto é um apelo meu e do partido Socialista, porque realmente é uma situação que está a criar transtorno. -----

---Relativamente às passadeiras, na Rua Ernesto Carvalho, não vou pôr em causa questões técnicas, é uma rua em que passo todos os dias e posso garantir-lhe que em termos de utilização prática, a solução encontrada não trás nada de positivo para os peões, além dos perigos para a sua circulação e acrescentando a questão da circulação na via dos carros que obrigam a paragem. No ponto de vista técnico não ponho em causa, mas também me estranha que essa questão técnica não tenha sido aplicada às restantes passadeiras a nível da Cidade, ou será que essa situação vai acontecer no futuro, fica aqui a pergunta. Para terminar, relativamente à Rua Fontes Pereira de Melo e à rua do Outeiro, Vossa Excelência ainda não me respondeu. Eu nunca lhe disse que a Rua Fontes Pereira de Melo estava interrompida, o que eu disse é que estava toda esburacada. A informação que temos da Junta de Freguesia, está orçamento em termos de Junta de Freguesia, mas, há obras que têm de ser feitas pela Câmara que sem as quais a intervenção da Junta não pode avançar. Vossa Excelência disse que isso ia ser uma obra da Junta de Freguesia, portanto, parto do pressuposto que essa verba já foi atribuída à Junta de Freguesia e a responsabilidade é de a Junta de Freguesia não ter ainda executado ou terminado as obras.

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Relativamente à Senhora Deputada, Elisa Costa, devo-lhe dizer que fiquei surpreendido com as considerações que desenvolveu, porque a Câmara Municipal não tem nenhum colaborador a trabalhar recrutado por quatro, cinco ou seis horas, absolutamente nenhum em escolas nenhuma. Portanto, a Câmara Municipal não tem, como é sabido a Câmara desenvolve todos os anos, ou quase todos os anos concursos para recrutar novos assistentes operacionais para as escolas, aliás, está um concurso em curso, é mais um que está a terminar, penso eu, durante o próximo mês. Não tenho nenhum trabalhador recrutado para trabalhar três, quatro, cinco, seis, sete horas o que seja. Queria deixar claro quanto a isso, com certeza informaram-na mal. -----

---Relativamente à Senhora Deputada, Tânia Silva, no que respeita às infraestruturas desportivas do Concelho. Obviamente que, se nós estamos a preparar a candidatura à Cidade Europeia do Desporto, é porque nós sabemos que temos condições para a poder desenvolver. E como é que sabemos que estamos em condições, por comparação com as outras Cidades que já o foram. Nós estamos no que concerne a essa comparação muito bem apetrechados já de muitas infraestruturas, claro que no que respeita à Pista de Atletismo, cuja 1ª fase já está pronta, porque até parece que nós não fizemos absolutamente nada relativamente à Pista de Atletismo. Lembro que já foi executada a 1ª fase e que custou à Câmara Municipal já mais de seiscentos mil euros, parece que esquece rápido, mas nós já o fizemos há bastante tempo atrás. Lembro ainda, que já fizemos dois concursos públicos, não foi um, foram dois concursos públicos, que infelizmente, tal como outras empreitadas quer no concelho quer fora dele, ficaram desertas ou por falta de interesse, essa avaliação não sou eu que a faço como é óbvio, o que é certo é que ficaram desertas e por isso, a Pista de Atletismo não teve a sua continuidade para a 2ª e 3ª fase. O que estamos a fazer agora como é óbvio, é desenvolver tramitação por mal necessário e fazer um novo concurso público, como é sabido a empreitada exige e porventura, estamos a pensar também englobar a 2ª e 3ª fase e transformá-la numa só que será a 2ª fase. Como é sabido é uma obra grande, custa muitos milhões de euros, mas sempre dissemos, já na altura o Dr. Paulo Cunha, eu era Vereador do Desporto, sempre dissemos que era um défice que o território apresenta, sempre apresentou, porque só nós é que nos interessamos e isto não tem piada nenhuma como é óbvio. Mas nós, fomos os únicos que nos interessamos em desenvolver a Pista de Atletismo, somos aqueles que são criticados e não aqueles que não a desenvolveram, é uma coisa extraordinária também. Portanto, nós que estamos muito interessados e vamos desenvolver, e vai ser uma realidade em Famalicão, é que estamos a ser os criticados claro que os Famalicenses devem estar a achar piada. No que respeita a tipo de apetrechamento que nos últimos dois anos, ou três anos melhor dizendo, temos mais dois Pavilhões, nós tínhamos quatro

Pavilhões e passamos a ter seis, aumentamos 50% o número de Pavilhões Gimnodesportivos, o de Ribeirão que já está em uso e o Pavilhão Municipal de São Cosme que está lá sediado o Centro de Vacinação, e por lá estar sediado o Centro de Vacinação ele não pode estar disponível como é óbvio. Aumentou 50%, e quanto aos projetos, percebi que não está bem informada no que respeita ao Futsal Feminino, porque nós temos uma Equipa na 1ª Divisão Nacional, que é o Futebol Clube de Vermoim há muitos anos e não fez referência a ela, acho estranho também esse desconhecimento de uma Equipa que está na 1ª Divisão Nacional de Futsal Feminino. Portanto, nós temos em número vários projetos, uns que tem masculino, feminino e outros misto, nós temos seis ou sete Associações Desportivas que promovem há muito tempo o Futsal, e, portanto, nós temos que apetrechar esses projetos que estão consolidados e que precisam de espaço para que possam evoluir. Não precisamos de novos projetos até pelo menos termos a consciência, ou perceção de que realmente eles farão falta, neste momento os seis ou sete projetos que existem de Futsal absorvem completamente todas as necessidades do concelho. E quem fala de Futsal poderia alargar a outras modalidades. -----

---No que respeita ao Senhor Deputado, Paulo Pinto, no Centro de Saúde, não sei se também me expressei mal, nós não vamos retificar nada, não vamos retificar nenhuma Ciclovia que lá passa. Nós vamos fazer com que a largada e recolha de doentes seja feita á porta dos Centros de Saúde, ou seja, entramos dentro daquilo que é propriedade da ARS Norte ou do ACES, penso que a tutela é mesmo da ARS Norte porque foram eles que nos deram a devida autorização para fazer as obras. Portanto, os carros vão poder entrar e vão até à porta, não ficam na estrada, por isso nós dizemos que é uma grande melhoria para o doente que infelizmente precisa de ir ao Centro de Saúde, mas não vamos retificar nada.

---Quanto à Rua Fontes Pereira de Melo, a Câmara Municipal o que vai ter de fazer relativamente ao saneamento que falta para a Junta poder desenvolver a nova pavimentação, tem que fazer, digamos, reforçar o apoio que foi feito numa dada altura, penso eu, foi durante este ano, mas que pelo facto de o concurso também ter ficado deserto

precisa de ser reforçado, porque a verba atendendo às circunstâncias que já aqui foram aliás faladas, do aumento de preços dos materiais, das empreitadas em geral como é sabido e não é só em Famalicão é no Planeta Terra como sabem, porque a Pandemia afeta todos, portanto, vai ser reforçado para que seja também a Junta de Freguesia a desenvolver o respetivo saneamento e águas pluviais como disse à pouco. Penso que não me esqueci de nenhum caso. -----

---RICARDO VALE (PS) – Na reunião de Câmara do passado dia 23 de dezembro, o Senhor Presidente, afirmou que o Teatro Narciso Ferreira não está aberto e a funcionar basicamente por dois motivos, a falta de fibra ótica e a ausência de programação. A minha primeira questão é, se à data de hoje, o Senhor Presidente continua a afirmar que é por estes dois motivos que o Teatro Narciso Ferreira se encontra encerrado. Esta questão prende-se com o seguinte, o espaço foi solicitado para a realização de um evento, em que a ausência de fibra ótica é perfeitamente irrelevante, a indisponibilidade de agenda não se coloca porque não há programação em curso, e a resposta pela não cedência baseou-se pela ausência de condições para a utilização do Teatro. Perante isto, os Famalicenses gostariam de saber, se esta recusa se sustenta em fatores de político-partidária, em fatores de ordem económica, em fatores de ordem operacional do Próprio Teatro, ou eventualmente, até em critérios de segurança da utilização do recinto. Por outro lado, importa esclarecer de forma objetiva, na medida do possível o seguinte, há dois dias foi celebrado um contrato para o fornecimento de bens móveis para o Teatro Narciso Ferreira, no seguimento do despacho do Senhor Presidente do dia anterior, despacho esse que curiosamente é elaborado dois dias úteis depois do PS ter levantado esta questão na reunião de Câmara. Por isso, é legítimo perguntar, se o Teatro Narciso Ferreira foi inaugurado, ou reaberto, ou visitado com comitiva oficial e atuação de banda musical antes das eleições autárquicas, sem estar devidamente concluído e por esse facto, estar encerrado há três meses após esse ato simbólico durante a campanha e importa sobretudo

para os Ribadavenses ter uma noção clara de quando se prevê, de facto, a abertura e a realização das atividades culturais no Teatro.-----

---**ELISA COSTA (PS)** – Senhor Presidente, Dr. Mário Passos, o Senhor não respondeu às minhas questões e enfim, centrou-se num faits-divers que é o número de horas, que eu reafirmo e o Partido Socialista está bem informado e digo-lhe mais, há pessoas que há dez anos, oito anos, nove anos, são sistematicamente despedidas nos meses de junho e julho, depois readmitidas como temporárias na mesma condição em setembro ou outubro. E portanto, aquilo que eu perguntei, aquilo que o Partido Socialista pergunta efetivamente e de forma direta, é se esta prática se vai manter. Era sobre isso que nós gostaríamos que se pronunciasse. -----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** – Respondendo ao Senhor Presidente, gostaria de lhe dizer que os Atletas e como sabe, eu como Atletas, pedia a este Executivo Municipal que anunciasse quando a obra desta Pista realmente avançasse. Porque os Atletas estão um bocado cansados do ora arranca, ora volta para trás, ora arranca, ora volta para trás. Como sabe, não foram os Atletas que exigiram esta Pista de Atletismo, foi o Executivo que a prometeu desde 2016, daí a nossa crítica. Como sabe, existia uma Pista, ainda que em terra batida à volta do Estádio Municipal, e nunca se hesitou em criar obstáculos aos Atletas para que usassem, até que chegou ao momento em que foram impedidos dessa utilização. Quantos às perguntas que a CDU colocou, gostaria que o Senhor Presidente me respondesse por escrito porque o grupo municipal da CDU o assim fez. -----

---Por fim, gostaria de colocar ainda uma questão. Apresentou documento escrito que é do seguinte teor: -----

---“Reabrir às pinguinhas.-----
Poderia ser o título de um livro infantil, não é verdade?! Talvez um título pouco apelativo para se apresentar a um grupo de crianças na Hora do Conto. Concordo! Mas a verdade é que retrata a história daquilo que tem sido as consequências diretas na vida dos famalicenses relativamente às obras neste concelho! -----

Ora reabre um cantinho, ora reabre outro cantinho! Ora faz notícia desse cantinho, ora faz notícia do outro! E os famalicenses fartos de ouvir o mesmo conto durante meses! -----

É que para além deste sentimento de exaustão, impera a questão de quanto irão pagar os famalicenses por este espaço temporal de obras e mais obras. O Grupo Municipal da CDU não se refere apenas a valores financeiros (também eles importam), mas preocupa-nos as consequências acrescidas do afastamento da população das lojas e dos comerciantes, muito concretamente da zona centro da cidade. Virá a talho de foice concluirmos que o executivo tem sido um cúmplice empenhado da Covid-19, reagravando a desgraça dos comerciantes, dos visitantes e dos moradores da cidade! -----

Lembrar que quatro anos de mandato servem, por exemplo, para realizar as obras e resolver os problemas urgentes das populações, e por isso, não se compreende a “explosão” de obras neste último ano de mandato, muito concretamente com o aproximar de eleições autárquicas! Apesar de recriminatória, não é nada que se estranhe nesta Maioria e que desta prática já não estejamos habituados!” -----

- Importa agora saber se, existe um prazo real para a finalização de todas as obras que estão a decorrer na cidade? -----

- Qual o impacto financeiro que este prolongamento de prazos para a finalização das obras terá na vida dos famalicenses? -----

- Que medidas tem a Câmara pensadas e prontas a serem realizadas para promover e incentivar à compra e venda no comércio local? -----

---JOÃO CASTRO (CHEGA) – Só para dizer que o CHEGA cada vez mais tem razão, e exige uma nova era na política, esta verborreia da CDU e do PS não leva a lado nenhum, não contribui para o engrandecimento do nosso Município. -----

---Eu acrescento, relativamente ao Teatro Narciso Ferreira, foi o PS que deitou abaixo o Cine Teatro Augusto Correia. Portanto, não se entende tanta preocupação com o Teatro de Riba de Ave. Depois dizer o seguinte, nós precisamos de uma nova dinâmica na política municipal, uma dinâmica desprendida dos vícios do centralismo. De facto, temos

que nos concentrar naquilo que é essencial, e o que é essencial é a melhoria das condições de vida dos Famalicenses, no emprego, no emprego qualificado, na ecologia, na alimentação, em vários aspetos. Parece-me a mim que este pingue-pongue, esta tomada de posição, ou este açambarcamento da CDU e do PS é completamente desnecessário numa altura destas nós temos é que discutir os verdadeiros assuntos do Município. Parece-me que isto não está a acontecer, Senhor Presidente, quero deixar esta nota desde já. ----

---**ARMINDO GOMES (CDS)** – Um pequeno reparo aqui do Partido Socialista referente ao Teatro Narciso Ferreira, visto isso já devia estar aberto há dois meses atrás, falta algum equipamento, como foi falado aí, Internet e outras coisas semelhantes, pequenas coisas, mas está há dois meses fechado e devia estar aberto. -----

---Senhor Deputado, espero que não esteja enganado pelo Partido Socialista, deve-se lembrar, se calhar não se lembra ainda é novo, há vinte anos a Casa das Artes esteve fechada por falta de planeamento um ano, não foi dois meses, foi um ano. E abriu porque a coligação ganhou a Câmara na altura, porque senão ainda estava mais dois ou três anos fechada, deve-se lembrar disso e senão se lembrar pergunte, há pessoas com mais idade que se lembram bem disso, a Casa das Artes esteve fechada mais de um ano. -----

---**JORGE COSTA (PS)** – Sumariamente, muito rápido, para lembrar que o Cine Teatro Augusto Correia foi abaixo para dar o nascimento da Casa das Artes. O Senhor Deputado do CHEGA anda esquecido. E tenho a lembrar ao Senhor Deputado, Armindo Gomes, que a programação da Casa das Artes no tempo do Dr. Agostinho, teve peças de Shakespeare e afim, nunca esteve fechada como diz. A verdade será sempre a verdade. -

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Apenas para registar duas coisas. Ao contrário do Senhor Deputado Jorge Costa, a verdade é que a Casa das Artes, um equipamento de referência no País para além de duas décadas em prol da cultura e da afirmação do nosso Concelho neste domínio. Esteve fechada o que é normal durante muito tempo sem programação, sem regulamento aprovado, como sabe, durante muito tempo porque é uma circunstância normal numa obra daquela envergadura. E portanto, nesse ponto de vista,

não vejo qualquer crítica que possa ser feita à circunstância da Casa das Artes no seu devido tempo ter estado fechada, não sei se foi dois, três ou quatro meses. Esteve fechada o que é normal, esteve sem regulamento, se bem se recordam, o que impedia a utilização por parte das instituições e de outras coletividades, porquê, porque não tinha esse regulamento. Eu acho isso normal, não acho que isso mereça qualquer censura, não mereceu da nossa parte à época e certamente não merecerá vinte anos depois. -----

---Depois Senhor Presidente, para registar, aqui algo que disse a Senhora Deputada, Tânia Silva, registar para memória futura, que o Partido Comunista Português ou a Coligação Democrática Unitária peço desculpa, está contra que a Câmara Municipal tenha procedido à abertura das artérias já intervencionadas e que estavam em condições de serem disponibilizadas ao público, nomeadamente, a Rua José Azevedo Menezes, da Rua do Ferrador, da Rua D. Pedro V e da Rua José Gomes de Matos. E já agora, também presumo, que esteja contra a abertura ainda que parcial do renovado parque da antiga feira com setenta e cinco lugares. Se calhar também está contra, que tenham criado o parque de estacionamento transitório e provisório na antiga central de camionagem, porque se está contra estas obras e se está contra a disponibilização para o público, para os utentes, para os cidadãos, para todos aqueles que se dirigem ao Centro Urbano para fazer face às suas necessidades que seja feito de uma forma parcial, de facto, também deve estar contra a abertura deste Parque. Mais senhora Deputada, registo também e gostaria que ficasse registado para memória futura, que o PCP está contra, aquilo que foi opinião expressa por comerciantes que viram naturalmente com bons olhos à abertura parcial destas vias já intervencionadas, mas isso naturalmente, a Senhora depois terá a oportunidade de lhes explicar em pormenor em futuras reuniões.-----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - Só para dizer ao Senhor Deputado, Jorge Oliveira, naturalmente, nem o Partido Comunista nem a CDU estão contra as obras. Estão contra sim, que elas arranquem todas ao mesmo tempo e que sejam concretizadas todas ao mesmo tempo, e isso sim, é que é o nosso voto contra. -----

--- SEGUNDO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÃO AO CÓDIGO REGULAMENTAR SOBRE CONCESSÃO DE APOIOS NOS ESTUDOS AOS ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E) ---

---LUÍS MIRANDA (PS) – Relativamente a esta proposta que estamos aqui a discutir para posteriormente deliberar, importa aqui recordar os factos e puxar um bocadinho atrás a fita do tempo. Relembrar que no dia cinco de março do presente ano, a Juventude Socialista afeta ao Partido Socialista, reuniu com a Senhora Vereadora, Dr.^a Sofia Fernandes, responsável pelo Pelouro da Juventude e que à data tutelava o processo de atribuição de bolsas aos estudantes famalicenses do Ensino Superior, que muito amavelmente e numa perspetiva muito colaborativa, nos recebeu e nos ouviu. Reunimos na sequência de enormes tumultos e de enormes insatisfações, de descontentamentos sentidos pela população jovem de Vila Nova de Famalicão relativamente à forma e como decorria o processo desta atribuição das bolsas ao Ensino Superior. Apresentamos aquilo que seria as nossas preocupações, os relatos que nos fizeram chegar, mas mais do que isso, porque a política faz-se de construção coletiva e é para isso que aqui estamos, apresentamos algumas propostas políticas a implementar para que fossem implementadas pelo Município, que há data foram a conceção de um regulamento próprio que regule toda a tramitação do processo, com linguagem acessível ao público alvo e a toda a comunidade que são as seguintes: -----

- Uma melhoria significativa das notificações aos candidatos, com a proposta da notificação simultânea por e-mail e SMS. -----
- Revisão dos critérios vigentes para atribuição das bolsas. -----
- Realização de uma reapreciação global das candidaturas excluídas, atento às falhas denotadas e à ausência de estabilidade e coerência por parte dos serviços municipais. ---
- Reformulação da ponderação do valor atribuído aos estudantes deslocados do concelho, dado o atual estado da inflação nacional das rendas universitárias. -----

Obviamente que a proposta que hoje aqui discutimos interessa a todos, interessa ao Partido Socialista muito em particular, porque esta proposta que nós próprios apresentamos mediante a apresentação da Juventude Socialista e que hoje implica uma nova forma de encararmos e de revermos os critérios para o cálculo do rendimento per capita que decorre daquele Regulamento, e o aumento das despesas relativas aos encargos com a habitação subindo agora para os dois mil e quinhentos euros. Obviamente, que o Partido Socialista votará a favor desta proposta, porque também entendemos que é uma proposta que foi apresentada por nós e merece o nosso apoio. Mas de facto, não podemos aqui de deixar de trazer à discussão, que ainda que a Câmara tenha esta boa iniciativa de conceder estas bolsas de estudo aos estudantes do Ensino Superior, há ainda muito a fazer nesta matéria, há ainda um longo caminho a ser percorrido para acabarmos de uma vez por todas com aquilo que tem vindo a assombrar os estudantes famalicenses, nomeadamente, neste processo da questão das bolsas. Reafirmamos aqui as nossas propostas, elas estão lembradas e uma vez mais trazemos ao Município aquilo que é o nosso parecer, para de uma vez por todas pacificarmos o descontentamento dos famalicenses e melhorarmos este aspeto.-----

---DANIELA TORRES (PSD) – Apresentou documento escrito que é do seguinte teor:

---“Sendo esta a minha primeira intervenção na Assembleia Municipal quero agradecer ao grupo municipal do PSD pela abertura e confiança depositada nos 3 jovens que pertencem à juventude social democrata e que integram este grupo municipal. Estou certa que não há fórmulas mágicas para termos uma comunidade jovem mais participativa, mas há caminhos a seguir e o primeiro passo será sempre auscultar as preocupações e anseios das novas gerações. E é isso que tem sido feito, esta segunda feira estive presente no Conselho Municipal da Juventude e confirmei que o Pelouro da Juventude desenvolveu e continuará a desenvolver um trabalho exímio com e para os jovens famalicenses, nomeadamente através de formações, workshops e apoios nas mais variadas áreas. -----

No que diz respeito ao ponto que aqui me trás, nomeadamente a alteração ao Código Regulamentar sobre concessão de apoios nos estudos aos alunos do ensino superior. Esta alteração está tão só relacionada com o cálculo do rendimento “per capita”. Mas, gostaria de lembrar que no ano letivo 2020/2021 a autarquia atribuiu 364 bolsas de estudo o que corresponde a um investimento superior a 222 mil euros. -----

Mas não ficou por aqui, para além do período normal de candidaturas, a autarquia consciente das dificuldades que os agregados familiares ultrapassavam, decorrentes da perda de rendimentos em consequência do Covid 19, procedeu a um período excecional tendo sido atribuídas mais 27 bolsas, um investimento de 17 mil e 400 euros. -----

Esta preocupação não é uma prioridade para restantes municípios do quadrilátero, nomeadamente o município de Guimarães no ano letivo passado atribuiu 175 bolsas de estudo, ou seja, menos 216 bolsas de estudo comparativamente a Famalicão. De ressaltar que os 175 jovens vimaranenses beneficiados receberam todos 1270 euros diferente do que acontece em Famalicão em que o valor das bolsas de estudo é atribuído por escalões que vão desde 500 até 1100 euros. -----

Relembro que as bolsas de estudo são um complemento às bolsas de estudo atribuídas pela Direção-Geral de Ensino Superior de modo garantir equidade social, a igualdade de oportunidades e fomentar as competências pessoais e profissionais dos alunos provenientes de famílias em situação de vulnerabilidade social. Fica assim claro que a educação e formação dos jovens famalicenses é um dos domínios prioritários, em matéria de intervenção municipal”. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Uma nota simples, dizer que todos os anos tem havido um incremento das bolsas de estudo, e no âmbito do diálogo estruturado que sempre tivemos e vamos continuar a ter com os jovens, ouvi-los de uma forma constante e a todo o tempo, como nós gostamos, vai ser uma realidade por forma a que nós possamos cada vez mais melhorar os apoios, sejam eles financeiros ou técnicos,

o que sejam, para que os jovens se sintam cada vez melhor apoiados em Famalicão como são. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÃO AO CÓDIGO REGULAMENTAR SOBRE CONCESSÃO DE APOIOS NOS ESTUDOS AOS ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE. ---

---TERCEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA DIVERSAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS E ILUMINAÇÃO PÚBLICA, E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL COM UM PREÇO BASE DE 7.672.329,76 € (SETE MILHÕES, SEISCENTOS E SETENTA E DOIS MIL, TREZENTOS E VINTE E NOVE EUROS E SETENTA E SEIS CÊNTIMOS) ACRESCIDOS DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, NOS TERMOS DO ARTIGO 36º DO CCP. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Para tecer uma consideração breve, que tem a ver exatamente o quanto a energia representa, sob o ponto de vista do custo e do incremento do custo, que todos nós enquanto cidadãos que usamos a energia um bem precioso tal como a água. E fazer a referência de que há um incremento substancial por força do aumento da energia, e isto obviamente, deixa-nos preocupados, porventura, estamos à espera, que as Autarquias e não só Famalicão, mas todas as Autarquias em Portugal, porventura, sejam beneficiárias de algum tipo de apoio extraordinário por via da Tutela, por forma a que nós possamos de alguma forma fazer face a este incremento do custo da energia.-----

---**JORGE COSTA (PS)** – Aqui a questão é inócua, trata-se da perspectiva política, trata apenas da abertura de um concurso internacional atendendo ao valor do custo da energia para fornecimento. Mas, é difícil fiscalizar e analisar estas matérias quando o tamanho de letra é micron. Vocês sabem todos, os senhores Deputados, o senhor Presidente da Câmara, sabem que há unidades de medida de metro, decímetro, centímetro e depois há unidades de milésima, de milímetro, e depois há unidades de milésima de milímetro que são os microns. Ora bem, o mapa aqui eu não o consigo ler, uma pessoa normal e faço aqui o desafio ao senhor Presidente, Mário Passos, que veja se consegue ler normalmente o mapa de três folhas, com os locais a serem servidos no fornecimento elétrico e se alguém percebe alguma coisa disto. Eu sei que a Câmara não está bem de dinheiros, porque tem que poupar o mais que podem, mas que isso não se faça nunca à custa do papel e da importância que tem a Assembleia Municipal na fiscalização de todos os atos do Executivo. É porque ninguém consegue ler isto, ou então pedia também ao senhor Presidente, Mário Passos, que me oferecesse uma lupa para eu conseguir analisar, eu e os outros Deputados, uma lupa a cada um para conseguirmos analisar não só este documento e esta proposta como várias outras. O problema no Orçamento é terrível, porque estamos a falar de um documento com a maior importância anual, que resume toda a vida do Município de Vila Nova de Famalicão e não se consegue ler. E portanto, eu faço um apelo, que doravante, as propostas tenham um tamanho de letra que não iniba a fiscalização. Todo o ato administrativo tem que ser fundamental e é preciso não perder de vista o que diz o Art.º 153 do Código do Procedimento Administrativo, equivale à falta de fundamentação à adoção de fundamentos por obscuridade ou insuficiência que não esclareçam concretamente o ato, e, portanto, eu aqui não me sinto esclarecido, não sei se querem esconder alguma coisa, não sei se foi facilitismo para poupar uns tostões e depois gastar milhões em festas, em avenças, em não sei o quê. Eu não sei o que é que foi aqui, mas peço que, doravante, e repare, estou a falar para si, Senhor Presidente, de óculos e mesmo com óculos não consigo ler isto.-----

---O PS à semelhança do que fez na Câmara Municipal irá abster-se porque isto é um ato de gestão e, portanto, um ato de gestão é quem ganha e quem vence as eleições é que tem essa incumbência de os promover -----

---Eu pergunto ao Senhor Duarte Veiga, pelos vistos algumas pessoas resolvem brincar com isto, com a dificuldade da visão dos outros, se faz zoom, no computador faz-se zoom, mas quem como eu for analógico, gostar de ver as coisas com calma e em papel.... Perdi esse direito? Portanto, nós temos obrigação de andarmos a fazer zooms em sucessivas páginas, em centenas de páginas como acontece no orçamento? E, portanto, eu peço respeito do Senhor Presidente de Junta, Duarte Veiga, e de outros que muitos afoitos informaticamente se habituem em zooms abaixo, zooms acima. -----

---Eu sou e confesso analógico, e acho que os assuntos de Famalicão merecem o respeito de todos e ser tratados e a documentação oficial de acordo com a importância que este tipo de documentos tem. -----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** - Senhor Presidente, Senhores Deputados, novamente, eu vou ser cauteloso naquilo que vou dizer porque me queria dirigir novamente ao Senhor Deputado, Jorge Costa. E Porquê? Porque nós podemos admitir, podemos aceitar os reparos que o Deputado Jorge Costa faz, dizendo que os documentos têm uma letra demasiado pequena, que à vista desarmada e mesmo até com óculos é de difícil leitura. Eu não vou naturalmente contestar esse facto, eu próprio tive que usar óculos para ver esses números. Agora, o que eu acho, portanto, eu acho que este reparo, esta crítica que o Deputado, Jorge Costa faz, naturalmente faz sentido. O que eu acho, é que já não faz sentido é as considerações laterais que ele faz, relativamente a esta sua reclamação, dizendo que a Câmara Municipal faz isto para poupar uns tostões para depois gastar em milhões em avenças e festas. -----

---Eu acho que sinceramente, se o relato que nos faz é um relato que deve ser atendível, sinceramente julgo que os comentários adicionais e suplementares que produziu

lateralmente à sua afirmação, aí é que eu acho que é de todo indispensáveis. E era isso que eu queria deixar aqui em nome do Grupo Municipal do PSD. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Só uma nota muito breve, para dizer e ir ao encontro daquilo que disse o Dr. Jorge Paulo, que era escusado ter feito as insinuações que fez, porque como o Dr. Jorge Costa sabe, poderia ter solicitado à Câmara Municipal novos quadros de forma atempada já que a agenda desta Assembleia é entregue com muitos dias de antecedência.-----

--- JORGE COSTA (PS) – Há assuntos que são não assuntos e, portanto, o meu pedido, que o Senhor Presidente fez referência, fica desde já feito para que na próxima Conta de Gerência, nos Orçamentos, não me voltem a tratar desta forma, nem a mim, nem a todos os famalicenses que como eu quiserem consultar com calma, com parcimónia e com verdade todos estes documentos. Fica o pedido feito e não voltaremos durante quatro anos a falar disto. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA DIVERSAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS E ILUMINAÇÃO PÚBLICA, E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL COM UM PREÇO BASE DE 7.672.329,76 € (SETE MILHÕES, SEISCENTOS E SETENTA E DOIS MIL, TREZENTOS E VINTE E NOVE EUROS E SETENTA E SEIS CÊNTIMOS) ACRESCIDOS DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, NOS TERMOS DO ARTIGO 36º DO CCP. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E DOIS VOTOS A FAVOR E DEZASSETE ABSTENÇÕES.-----

---QUARTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA

OLIVEIRENSE ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 60.000,00 € (SESSENTA MIL EUROS), PARA APOIO À CONCRETIZAÇÃO DE OBRAS PARA COLOCAÇÃO DE REDES DE VEDAÇÃO, PINTURA DAS PAREDES EXTERIORES DO COMPLEXO DESPORTIVO E OBRAS DE MELHORAMENTO DOS BALNEÁRIOS E SEDE SOCIAL. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**RUI CARVALHO (PS)** – O Partido Socialista também gosta de fazer política, acima de tudo de louvor e quando as coisas assim o exigem nós também estamos cá para louvar e não pensem que isto é algum ato de vassalagem como alguns partidos aqui hoje têm andado aqui a fazer desde o início. Mas isto para vos dizer o quê? O Partido Socialista quer louvar este apoio por parte da Câmara Municipal para a Associação Desportiva Oliveirense. É com grande estima que vemos este valor atribuído para melhorias das infraestruturas, e pedimos, claro está, que esse apoio seja também extensível a outras Associações que estão também com obras, refiro, por exemplo, o Brufense, que já vai com algum tempo com a sua obra nas suas infraestruturas e que para tal, estão impossibilitados até de treinar e jogar lá no campo tendo que alugar outras instalações. Pedimos também para que, seja alargado para que essas Associações também terminem o mais rápido possível, essas mesmas obras. E, claro está, e que isso é extremamente importante. -----

---Espero que Famalicão se prepare devidamente para essa Cidade Europeia do Desporto, mas que antes de olhar lá para fora olhe para dentro. Ajude as Associações, Senhor Presidente, não rejeite projetos, apoie a todos por igual, é o que o Partido Socialista pede e cada vez mais o Partido Socialista vai aqui ter um papel ativo e preponderante a puxar para que todas as Associações sejam devidamente compensadas pelo esforço, pela dedicação e pelo voluntarismo que são dados por parte de todos os Diretores, de todos os Dirigentes Associativos para que Famalicão hoje tenha um tecido, um tecido associativo, como diz o Senhor Presidente e muito bem, dos maiores do país e mais dinâmicos do país.

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA OLIVEIRENSE ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 60.000,00 € (SESSENTA MIL EUROS), PARA APOIO À CONCRETIZAÇÃO DE OBRAS PARA COLOCAÇÃO DE REDES DE VEDAÇÃO, PINTURA DAS PAREDES EXTERIORES DO COMPLEXO DESPORTIVO E OBRAS DE MELHORAMENTO DOS BALNEÁRIOS E SEDE SOCIAL. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE. -----

---QUINTO PONTO - GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA 2022, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Relativamente a este documento, é um documento como é sabido estruturante para a dinâmica que queremos imprimir na Câmara Municipal e no Concelho. Obviamente, que ele assenta em determinados pressupostos, desde logo, pretende-se com ele materializar o manifesto eleitoral que foi apresentado aos Famalicensenses e que foi sufragado por eles por uma larguíssima maioria como é sabido e, portanto, vem de alguma forma concretizar esse manifesto. Este é o primeiro de quatro, como é sabido também, esta é a primeira nota do manifesto eleitoral que foi apresentado aos Famalicensenses, e por larga maioria saiu vencedor. Depois também dizer-vos, como disse em sede de reunião de Câmara, é um Orçamento precavido porque nós estamos em tempos diferentes do que era habitual no passado, estamos ainda num contexto pandémico e portanto, obviamente que estamos disponíveis, o documento alicerça isso, estamos disponíveis para atender a tudo aquilo que venha a ser necessário e por força daquilo que nós pode trazer a pandemia. E portanto, para atender seja o que for, nomeadamente e obviamente os nossos concidadãos caso necessitem, como aliás têm necessitado e nós dito, presentes e cá estamos para ajudar naquilo que é necessário, nós vamos continuar com um documento que prevê esta situação.-----

Depois uma nova realidade também, que é uma linha de continuidade dos últimos anos que vamos aproveitar oportunidades, é um documento que pretende aproveitar as oportunidades, nomeadamente, aquelas que advêm dos Fundos Comunitários, e falo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e do PT 2030, estes dois Fundos Comunitários são muito importantes e só surgem uma vez, tal como as obras que nós desenvolvemos num passado recente que aproveitamos as oportunidades que os Fundos Comunitários nos trouxeram. Aqui neste documento, também estamos preparados para aproveitar as diversas oportunidades que estes Fundos Comunitários nos vão proporcionar, e é precavido também por uma terceira razão, tem a ver com a Delegação de Competências, nós estamos preparados para receber a Delegação de Competências. Não gostamos obviamente da forma como elas têm sido apresentadas, nomeadamente, no que respeita aos vários défices que têm associadas, e o SNS é um bom exemplo no que toca aos cuidados de saúde primários, em que deixou-se degradar os serviços para que eles embaratecessem e depois passasse para as Câmaras, porque agora as Câmaras têm os serviços não de grande qualidade e, portanto, vão ter que investir por força a que tenhamos os serviços de qualidade. Mas quem diz esta diz outras, é um documento precavido para que possa receber estas delegações de competências e falo em particular da saúde, da solidariedade social e a educação como sabem, será um processo diferente, nós estamos num projeto piloto em que vai ocorrer por força da nova delegação de competências, na saúde uma quebra financeira muito significativa, e no que diz respeito também à educação. Depois dizer-vos também, no que respeita às diversas áreas de intervenção que nós desenvolvemos no Concelho, não vai haver nenhuma regressão em nenhuma delas, vai haver uma linha de continuidade de todas elas e a linha é de continuidade e ascendente, portanto, uma linha que quer continuar a desenvolver cada vez mais as várias áreas de intervenção que nós desenvolvemos. Mas aqui destacaria, se é que me permitem, um incremento significativo de quatro áreas. Uma delas tem a ver exatamente com educação, em que há um acréscimo do Orçamento para esta área, porque sabemos que é um fator

decisivo até para a nossa produtividade do nosso território e portanto, queremos que isso continue e por outro lado, queremos obviamente, que os nossos concidadãos estejam mais habilitados até do ponto de vista do seu trabalho, possam ter massas salariais mais elevadas e que a educação vai permitir que possam suceder.-----

- Desde logo também os recursos humanos, uma outra área que vai sofrer um aumento com algum significado, há pouco falamos das escolas, lembro que há um concurso aberto, aliás em conclusão, para novos assistentes operacionais para as escolas e que são vinte e cinco no mínimo, mas que podem ser mais, portanto, representam muitas centenas de milhares de euros, que pode ascender aliás a um milhão de euros só este aumento no que respeita aos recursos humanos. Mas nós também no que respeita aos recursos humanos, já e de forma precavida, como disse há pouco, nós também já temos incluído algum aumento do salário mínimo nacional porque sabemos que ele vai aumentar, independentemente quem seja o governo, vai aumentar é a nossa expectativa por isso já alocamos também uma verba com algum significado para este efeito e também pelas reposições remuneratórias, que por via do SIADAP também os nossos colaboradores de forma merecida vão ser aumentados. Os recursos humanos também é uma área que eu destaco, um aumento também com algum significado.-----

- Uma outra área que tem a ver com os transportes, muito falado e vai ser uma autêntica revolução no que aos transportes diz respeito. Como é sabido e já foi discutido noutros fóruns esta questão dos transportes com mais carreiras, com maior frequência no número de autocarros de carreira, autocarros de baixas emissões também sendo amigos do ambiente. Portanto, por via desta prestação de serviços como é sabido, temos uma verba de muitos milhões de euros alocados para que tenhamos uma verdadeira rede de transportes. Aqui quero sublinhar, também esperamos que aqui o governo que também faz parte das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, não se esqueça, nomeadamente, aqueles Municípios que investem como nós vamos investir nos transportes por forma a

que não pertençamos ao Portugal de segunda qualidade, mas ao Portugal de primeira como somos. -----

- Depois a questão ambiental, tenho falado no âmbito da campanha eleitoral como sabem, e continuo a falar, nós devemos ser um território também amigo do ambiente que dê um contributo líquido para que a naturalidade carbónica também seja uma realidade, e nós à nossa escala vamos dar esse contributo para que Portugal também possa alcançar as metas a que se propôs, mas também para que sejamos um território atrativo sob o ponto de vista ambiental, a economia circular obviamente é um dos aspetos fundamentais para este efeito, a qualidade dos rios e já falei sobre alguns projetos, um deles será a renaturalização do Rio Pelhe, uma parte do Rio Ave, do Rio Guisande também por via de uma oportunidade que surgiu e nós aproveitamos, que tem a ver com uma candidatura de mais de um milhão e duzentos mil euros. A questão das trinta mil árvores, já começamos este projeto que vamos continuar a desenvolver. -----

- Depois um outro aspeto muito importante que tenho falado muito, tem a ver com a sustentabilidade financeira. Nós não vamos gastar os recursos do futuro, vamos gastar os recursos do futuro para quem vem depois de nós e portanto, essa é uma premissa que não abrimos mão, não abrimos no passado e vamos continuar a fazê-lo. Começa pela nossa taxa de endividamento, tem vindo a reduzir-se, nós temos capacidade para muito endividamento, mas só vamos fazer aquilo que é estritamente necessário para o efeito, portanto, os recursos do futuro vamos deixá-los para o futuro e nós temos este sentimento, este pensamento, e é muito importante que nós desenvolvamos e construamos documentos como este que assentem também nesta premissa na sustentabilidade financeira. Depois também é um documento flexível, está preparado para receber novas receitas, incorporar novas despesas em função das novas oportunidades que vão surgindo.

- Portanto, para vos dizer que é um documento muito bem pensado, apesar do pouco tempo que tivemos para desenvolver um documento nesta arquitetura, mas ainda conseguimos apresentá-lo este ano, como é sabido a lei permitia mais tempo, mas nós

quisemos desenvolvê-lo em 2021, espero só de resto que esta Assembleia Municipal o aprove também em 2021. -----

---JOÃO CASTRO (CHEGA) – Na reunião extraordinária da Assembleia Municipal, dissemos que votaríamos de acordo com as nossas convicções sustentadas na nossa matriz política e naquilo que pretendemos para o País e para o nosso Município. Não prestamos vassalagem a ninguém, como disse anteriormente um senhor Presidente de Junta.-----

- Pois bem, o documento que nos é apresentado mereceu a nossa responsável atenção e o nosso estudo aprofundado. Genericamente e repito, genericamente o que nos é apresentado hoje está de acordo com aquilo que preconizamos para o nosso Concelho, no entanto, reconhecendo pacificamente que se trata de um plano bem gizado, temos algumas dúvidas quanto à sua execução, alguma vez será exequível? -----

- Entendemos que o nosso Município, que é um Município importante na geografia nacional, por isso é que somos o terceiro Concelho mais exportador do País, precisa de uma nova dinâmica, uma dinâmica progressista adaptada aos tempos da atualidade, a esta atualidade exigente. Nesse sentido, consideramos que será fundamental adotar uma nova gestão, rigorosa, desprendida de vícios que se propagam no centralismo e que impedem o verdadeiro progresso. Refiro-me evidentemente, às negociações de bastidores em vez de uma gestão participada e aberta aos cidadãos, ao emprego de magotes de gente sem necessidade, à ditadura do empreiteiro que continua a reinar a seu belo prazer sem estar sujeito a regras que se impõe nesta altura. Refiro-me também, à necessidade de Famalicão tomar a dianteira em assuntos que nos dizem respeito, somos como disse atrás, um Município demasiadamente importante que tem condições de se afirmar a nível nacional em vários domínios. O CHEGA reclama uma nova era, uma era em que as regras mais basilares da nossa democracia sejam aplicadas, ou seja, equidade, igualdade de oportunidades, ações e comportamentos não discriminatórios e sobretudo, o princípio geral do direito que diz, a lei geral e abstrata, portanto, deve ser cumprida por todos por igual. Reclamamos maior interação entre os organismos públicos, Segurança Social,

Finanças, Iefp, Associação Comercial, PSP, de forma a termos uma ação mais coordenada e mais efetiva dos problemas do Município.-----

- O Grupo Municipal do CHEGA, está empenhado em contribuir e contribuir positivamente para a melhoria das condições dos Famalicenses. Vamos centrar a nossa ação em vários vetores, Saúde, Ecologia, Ordenamento do Território, Urbanismo, Emprego, Mobilidade e Proteção dos Mais Desfavorecidos, nomeadamente, ou especificamente os Idosos. Dito assim, poderá parecer um chavão populista porque todos os partidos se preocupam com estes assuntos, mas para nós não é, infelizmente em Famalicão ainda subsiste pobreza alguma dela envergonhada e é preciso combater este flagelo social que resultou das políticas socialistas de ataque aos criadores de riqueza e emprego, as PME por exemplo, onerados com cargas fiscais nunca antes vistas. Estas políticas de míseros subsídios, as tais sopas de lentilhas de que se gaba o Primeiro Ministro só levam à indignação e à pobreza. Na Saúde, temos a perfeita noção das necessidades mais prementes, aproveito a oportunidade para sublinhar algo no que diz respeito na última sessão, e é preciso clarificar, há uma distinção fundamental que tem de ser feita que é entre descentralização e desconcentração. A descentralização é territorial, estando os encargos na mão do poder central. Desconcentração é delegação de poderes que devem vir acompanhadas pelas respetivas verbas. Pois bem, o Governo quer delegar nos Municípios determinadas competências, tem que libertar o dinheiro necessário à prossecução da tarefa e não o faz, por isso, entendemos a frustração da Câmara, o esforço que tem feito para compensar estas artimanhas Socialistas, no entanto vamos estar na evolução do assunto.-----

- Vamos estar também muito atentos no Ordenamento do Territorial e do Urbanismo, são muitos anos de desregulação e caos do nosso Território e das nossas Freguesias. É preciso haver um plano sério de recuperação urbanística, bem sei que as solicitações são muitas, mas como dizia Sá Carneiro: - “a política sem risco é uma chatice, mas sem ética é uma

vergonha”. É preciso saber dizer não, a bem do ambiente e da saúde dos Famalicensenses, precisamos de um planeamento sério enquanto estamos a tempo de salvar a nossa terra.

- Temos preocupações com o meio ambiente, o crescimento desordenado das nossas cidades, a destruição das florestas, campos agrícolas, o desvio dos Rios do seu leito natural, só para satisfazer interesses corporativos que não ajudaram em nada a natureza. Estamos ainda a tempo de reverter tais políticas, tanto mais que se trata de uma emergência à escala global, estaremos também igualmente atentos a este problema. -----

- Emprego, emprego qualificado especialmente para os jovens licenciados, e uma maior participação dos jovens na vida autárquica, é fundamental a participação dos jovens na vida autárquica. Por isso, proclamamos por uma maior participação de todos os cidadãos Famalicensenses na vida autárquica. -----

- Proteção dos mais desprotegidos, aqui fazemos uma especial atenção aos nossos Idosos, porque nos têm relatado diversos episódios relativamente a Idosos em Famalicão e nas Freguesias, que independentemente da sua condição socioeconómica têm estado muito desamparados. Nós até estávamos para propor a criação de uma Task-force, mas como está prevista no programa da Autarquia vamos esperar para ver o desenrolar dos acontecimentos.-----

- Depois, esperamos sobretudo, que este mandato constitua um novo élan, e seja qual for o Governo saído de trinta de janeiro, teremos que ser nós com a nossa força e determinação a determinar o caminho. Reconhecemos competência a este elenco e ao Senhor Presidente de Câmara, desde que acompanhado por uma efetiva vontade de mudar o rumo, estaremos mais uma vez atentos. Faço um apelo, libertem a imprensa e deixem o verdadeiro jornalismo fluir em liberdade, para que o povo volte a acreditar, já chega o mal que fizeram à democracia, a democracia exige um jornalismo livre e pluralista. Nós sabemos perfeitamente que é uma tentação enorme, e sabemos que os vícios do centralismo se propagam muito rapidamente para as Autarquias. Dou-vos, o exemplo, do

Governo Socialista que submeteu às suas amarras toda a comunicação social, esperemos que não aconteça novamente no nosso Concelho. -----

- Por último, queria dar uma palavra à Senhora Vereadora do Turismo, não sei se está presente. Famalicão tem muito potencial, há muitos anos atrás, Famalicão fez uma opção muito lógica que é no Concelho do Município que é essencialmente industrial, mas nós temos muito potencial para o Turismo. Na minha geração, na qual incluo, naturalmente, o Deputado, Jorge Paulo Oliveira e o Vereador, Augusto Lima, nós criamos o Carnaval. Senhora Vereadora, Luísa, peço desculpa porque me esqueci do Apelido, Senhora Vereadora faça-se rodear de gente competente e crie alguma coisa. -----

---**FRANCISCO ALVES (CDS)** – Apresentou documento escrito que é do seguinte teor:

---“É com enorme gosto que me dirijo pela primeira vez a esta Assembleia, em representação do Grupo Municipal do CDS e logo num debate tão importante como as Grandes Opções do Plano e Orçamento. Em primeiro lugar e antes de começar a nossa análise a este documento, eu gostaria de ressaltar que este Plano e Orçamento, este como qualquer outro, é sempre um exercício previsional. Isto é, pretende definir os grandes eixos estratégicos para os respetivos pacotes orçamentais e que a sua avaliação deve estar sempre associada aos níveis de execução orçamental. Neste ponto, a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão tem sido exemplar, não cativando e aplicando a estratégia a que se propôs de forma efetiva e firme, o que ficou recentemente comprovado com o 2º lugar em termos de eficiência financeira no Distrito de Braga, foi recentemente divulgado no Ranking do Anuário Financeiros dos Municípios Portugueses. Dito isto e começando a nossa apreciação ao Plano e Orçamento para 2022, queremos de facto, destacar aqui alguns pontos que consideramos importantes, a sua estrutura, as suas prioridades assim como algumas medidas e iniciativas que consideramos relevantes e queremos destacar. -

- Em primeiro lugar, a sua estrutura assente nas cinco agendas estratégicas, Famalicão Ecológico, Qualificado, Integrador, Dinâmico e Participativo. Nós aqui assumimos e acreditamos que existe aqui um elevado grau de compromisso e integração com aquilo

que são os três pilares do desenvolvimento sustentável, o pilar económico, o pilar social e o pilar ambiental, que são fruto de um realinhamento deste plano municipal com os objetivos do desenvolvimento sustentável das Nações Unidas. A Autarquia não é um conjunto de departamentos que trabalham de forma independente, é sim, uma estrutura única com um propósito que é trabalhar e melhorar a vida dos Famalicenses. Neste ponto, queremos destacar essa abordagem holística e corajosa, que certamente trará e resultará num Concelho, numa comunidade mais equilibrados. As prioridades seguem aquilo que são as necessidades locais, enquanto simultaneamente acompanham as tendências globais. A sociedade e o mundo estão em transformação e cabe aos governos locais assumirem um papel de proximidade e funcionarem como o motor da mudança e evolução.-----

Por isso mesmo, é clara neste plano a aposta na Transição Verde - espelhada pelo planeamento e gestão estratégica tendo em conta a adaptação às alterações climáticas, a aposta na economia circular por exemplo, através da iniciativa Eco Escolas, o objetivo de plantar 30.000 árvores até 2030 e ainda promoção da compostagem doméstica. Na hora em que o planeta mais precisa de nós, Famalicão diz presente!-----

De seguida, de destacar a tão necessária Transição Energética - muitas vezes é necessário liderar-se pelo exemplo e a transição começa em casa, neste caso na autarquia, com a modernização total na iluminação pública para LED e dos respetivos equipamentos sob a jurisdição da câmara! Mais uma vez, presente!-----

Na Mobilidade, o paradigma mudou e hoje é necessário assegurar deslocações seguras e sustentáveis. Em 2022 iniciar-se-á o concurso que será o início de um elevado investimento nos próximos anos com o foco na modernização e acessibilidade dos transportes públicos. Mais, mobilidade hoje também significa mobilidade elétrica com a instalação de mais pontos de carregamento de veículos elétricos e acima de tudo mobilidade suave com a aposta em infraestruturas para a mobilidade Ciclável e pedonal.

Tudo isto contribuirá para tornar Famalicão num Smart City através da otimização do uso da energia, recursos e serviços de forma sustentável através do uso de novas tecnologias, mas sempre com o foco nos cidadãos e na melhoria da sua qualidade de vida! -----

Na Educação, que é essencial para uma comunidade informada, sensível e dinâmica. São vários os investimentos previstos na Carta Educativa - EDUCA 20.30 com 8 obras nos equipamentos do pré-escolar e 1º ciclo e 5 no 2º, 3º e ensino secundário. E não só, aqui o paradigma também mudou e hoje a educação é um processo ao longo da vida, daí que saudamos a aposta na educação formal, não formal e informal através da Rede Local de Educação e Formação e do Centro Qualifica, por exemplo. Mais uma vez, Famalicão diz presente!-----

Na Juventude, o presente e o futuro do município. Há a aposta no estímulo à cidadania ativa através da promoção do voluntariado jovem ou da manutenção da iniciativa do orçamento participativo jovem. Há a humildade de que não sabemos tudo e que queremos impulsionar a mobilidade internacional para que os nossos jovens voltem mais ricos. Neste sector, que me é caro, quero salientar ainda a criação de gabinete de apoio a associações juvenis que será decisivo para melhorar a sua atividade. Por fim e ainda na juventude, espero orgulhosamente ver efetivado o incremento da participação dos jovens nas diversas estruturas de consulta e cooperação interinstitucional. Famalicão não gere para o dia seguinte e para a eleição seguinte, Famalicão sabe a importância da juventude, por isso diz presente!-----

No entanto, é necessário recordar a situação excecional em que vivemos hoje e durante os últimos dois anos. Este plano e orçamento apresentam robustez e simultaneamente flexibilidade para fazer face aos desafios constantes proporcionados pela pandemia Covid-19. No passado já compensamos as várias falhas do governo central, por exemplo em termos de recursos humanos para o centro de vacinação. Em 2022, mantém-se o compromisso com os Famalicenses e com a sua saúde e bem-estar. Nada será deixado ao acaso. -----

Por fim, este plano e orçamento espelham o programa da coligação Mais Ação Mais Famalicão apresentado e sufragado nas últimas eleições autárquicas e que recolheu uma inequívoca aceitação pelos Famalicenses. Exemplos disso, são a criação da rede municipal de academias seniores que pretende proporcionar um envelhecimento ativo, saudável e inclusivo; e ainda o compromisso de candidatura a capital europeia do desporto. Palavra dada é palavra honrada. Hoje assumimos os compromissos a que nos propusemos e em 2022 pretendemos começar a concretizá-los! Para este executivo e na pessoa do Dr. Mário Passos, exprimo a minha vontade para que mantenham os elevados padrões de atividade a que a coligação Mais Ação Mais Famalicão habituou os Famalicenses. Hoje já somos bons, mas podemos sempre ser melhores! Obrigado”. -----

---**JORGE COSTA (PS)** – Eu começo por esclarecer que, o PS se vai abster na votação deste Orçamento à semelhança do que os nossos Vereadores fizeram na Câmara Municipal. Mas aqui, apesar da nossa abstenção, é preciso deixar claro que não é a tese do copo meio, que é meio cheio ou meio vazio. Nós não partilhamos, nem podemos partilhar de forma alguma pelo otimismo do CHEGA e do CDS. O CHEGA não há muito tempo, queixava-se da política desta coligação, entorpecida, adormecida há vinte anos, e agora deposita grande fé e grande esperança numa eventual coligação futura ao jeito dos Açores, digo eu, não sei. Mas de qualquer das formas e naquilo que releva, a nós preocupa-nos os Famalicenses e os interesses dos Famalicenses. Dentro desta preocupação efetiva, não perfilhando a tese do copo meio cheio ou meio vazio, há pelo menos três linhas orientadoras que definem este Orçamento. O alto grau de risco de previsível desequilíbrio orçamental, a total opacidade de um documento e a evidente falta de ambição política. Repito, nesta análise, as fases que encimam a declaração de voto dos Vereadores do PS na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. O Partido Socialista tem de forma prudente e avisada, procurava referir e alertar o Município para as imprevisibilidades dos tempos, é preocupante o endividamento a que o Município se submete e podendo futuramente gerar situações de incumprimento, nestas simples duas

frases se encerra toda a verdade deste Orçamento. Constatamos, de facto, um valor orçamentado de 133. 477. 110,84 € (cento e trinta e três milhões quatrocentos e setenta e sete mil cento e dez euros e oitenta e quatro cêntimos), um aumento aparente de cerca de 5% relativamente a 2021, mas ao estilo do que nos tem habituado a coligação, a hora da verdade será apenas da Conta de Gerência onde à semelhança dos anos anteriores, infelizmente estamos certos, este valor será alvo de uma revisão para menos. Após a análise do Orçamento, constata-se que as despesas de capital são superiores às receitas de capital em 10 016,307euros (dez milhões dezasseis mil e trezentos e sete euros) conforme se pode perceber dos quadros anexos do próprio Orçamento. E aqui começa um problema, em bom rigor este valor denuncia um problema grave e eventual insustentabilidade deste modelo de governação como passaremos a explicar. -----

- O equilíbrio orçamental deve ser pautado por um duplo equilíbrio, isto é, a receita corrente bruta cobrada, deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. Neste primeiro sentido, deve precaver-se a obrigatoriedade adicional de as receitas correntes, cobrirem as amortizações médias de empréstimos além das despesas da mesma natureza. Atendendo às amortizações médias de empréstimos, o montante correspondente à divisão do capital em dívida pelo número de anos de vida útil remanescente de cada um dos contratos. Assim, a 31 de dezembro de cada ano, a dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo a dívida relevante de entidades participadas pelo Município, não pode ultrapassar 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, para o cálculo do limite de 2022 será apurada a média da receita corrente líquida cobrada nos exercícios de 19 a 21, sendo considerada receita da mesma natureza cobrável pelos serviços municipalizados e intermunicipalizados consolidada com os respetivos municípios. Ora, atendendo a isto, entra aqui uma segunda necessidade de equilíbrio orçamental, já que há que ter em conta as provisões de passivos contingentes que na verdade, são ajustamentos que podem ser ulteriormente reclassificados por perdas

por imparidade. Nas provisões para riscos e encargos as Autarquias devem proceder a uma análise cuidadosa dos processos em contencioso, recorrendo aos seus juristas e assim, reavaliar as quantias escrituradas em provisões e reconhecer outras obrigações presentes que satisfaçam os critérios no eventual reconhecimento como passivo. É certo que para 2022 em Famalicão, as taxas municipais serão atualizadas em 1,8%, o Senhor Presidente da Câmara já o desmentiu, mas desmentiu confirmando, que é um paradoxo subtil, mas de facto interessante, o que constitui uma má política em tempo de contingência com mais dinheiro retirado aos Famalicenses, sem que, a contrapartida de valor dos respetivos serviços importe uma atualização por mero equivalente. Explicando por outras palavras, está a retirar-se mais dinheiro às pessoas de Famalicão e isto, pelos mesmíssimos serviços, desvirtuando-se por completo a essência do que é legalmente uma taxa, que, repita-se, deve ter apenas como contrapartida o custo do serviço prestado e jamais qualquer necessidade de financiamento do Executivo Mário Passos. Nesta matéria, estão a agir mal, mesmo contra legem, desvirtuando completamente o sentido e a definição legal de taxa para tornar as taxas municipais verdadeiros impostos locais, opressores, catalisadores de receitas para o Município com se de legais impostos se tratassem. Começa assim, a denotar-se no Orçamento, uma verdadeira opacidade de conteúdo ao estilo do “rabo escondido com o gato de fora” pelos motivos também, passo a enunciar doravante. E esta opacidade orçamental, é desde logo plasmada nos documentos fornecidos aos senhores Deputados, que para poupar uns tostões do Orçamento Municipal foram fornecidos em letra do tamanho micron. Qualquer pessoa de boa-fé, sente-se um “Mister Magoo” dos desenhos animados para conseguir ler e entender este Orçamento. Fica aqui mais uma vez o reparo, para que a Câmara Municipal forneça os documentos oficiais em tamanho de letra que qualquer pessoa normal os consiga consultar e analisar com toda a normalidade. Ou será que isto é feito de propósito para esconder alguma coisa, eu deixo aqui a pergunta no ar e quem quiser se assim entender que responda. Este vidro fosco que redundava nesta opacidade orçamental, lê-se igualmente

de feição na existência de inúmeras rubricas, identificadas aquelas como “outros ou outras”, que devem merecer uma explicação clara e transparente do Executivo, atendendo ao facto de as rubricas que deveriam ter um carácter residual representam no seu conjunto cerca de milhões de euros. Mas voltando à questão do equilíbrio orçamental, e à necessidade de a receita corrente bruta cobrada dever ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. Analisando o anexo 2º do Orçamento, verificamos que os problemas de contencioso representam treze milhões duzentos e cinco mil quarenta e dois euros e noventa cêntimos, sem que até ao dia de hoje por parte deste Executivo ou do outro que o antecedeu, fosse dada qualquer explicação sobre os processos em causa, a solidificação ou clarificação do respetivo móbil e causa fundamento. O problema é grave, porque percebendo uma despesa corrente de oitenta e oito milhões trezentos e quarenta e três mil e doze euros, e amortizações de capital no valor de dois milhões cento e trinta e nove mil e quinhentos e cinquenta euros, poderia parecer para os mais incautos e distraídos que a Câmara Municipal teria ainda uma folga para o equilíbrio orçamental na ordem de quatro milhões e quinhentos mil euros, uma aparente grande folga. Mas este equilíbrio, é infelizmente apenas e só aparente, na verdade, basta que algum dos processos da extensa lista de processos em contencioso, não venha a ser favorável ao Município de Famalicão para se ter de realizar ajustamentos, que serão ulteriormente reclassificados para perdas por imparidade e lá se vai o famigerado equilíbrio orçamental. Na verdade, é brutal o risco e muito preocupante a situação de ser litigado, em valor é equivalente a 10% de todo o Orçamento anual, é certo que não foi este Senhor Presidente, Mário Passos, que criou esta situação de litigiosidade, mas foi este Presidente, Mário Passos, que prometeu em campanha aos Famalicenses continuar a senda, continuar o caminho do anterior Presidente, Dr. Paulo Cunha. Pois querendo continue Senhor Presidente, Mário Passos, esse mau caminho de gerir o Município de Famalicão na red line, no grau máximo de risco de possível desequilíbrio orçamental que os Famalicenses não merecem e nada

fizeram para este desfecho, mas jamais sem o aviso do PS e a denúncia deste partido. Neste circunscrito aspeto do verdadeiro e claro equilíbrio orçamental, é hora de dizer, voltai Agostinho Fernandes e Armindo Costa que estais ambos perdoados. Na questão em concreto de litigiosidade, como concebe a Autarquia correr para o risco da litigiosidade de 10% de todo o Orçamento anual? Quem são os protagonistas destes processos de milhões, a que se devem estes processos, quem são os causídicos que representam as partes e o Município? Serão para acabar com acordos de amiguismos? É que os Famalicensenses ainda não se esqueceram de todo do famigerado acordo do Parque de Sinçães. Senhor Presidente, Mário Passos, se quiser Vossa Excelência trate de aclarar todo este tema, porque se o não fizer, ele vai acabar por lhe cair em mãos através da opinião pública. Por último, não podemos falar deste documento e deixar de assinalar a total falta de ambição deste projeto, que o Senhor Presidente Mário Passos, prometeu em campanha continuar. É a segunda vez que digo hoje Senhor Presidente, não vá por aí, não prejudique os Famalicensenses com a falta de ambição de uma Coligação entorpecida, acomodada, que não sabe nem quer trabalhar em equipa com o Governo. Até porque, ainda está a tempo de arrepiar caminho dado que é o seu primeiro Orçamento, nós aqui deixamos pela positiva o reparo e o conselho. Na verdade, o quadro plurianual de programação orçamental, a folhas 165 do documento aqui trazido a discussão, evidencia bem a falta de capacidade e de ambição da Coligação, desgastada em tarefas e visões conexas com um mero exercício corrente, recolhe-se o lixo, limpam-se as sarjetas, pagam-se salários e o amanhã infelizmente continua adiado cine dia. Resulta desse quadro, a que vos faço expressa referência, que no momento em que todo o País se prepara para beneficiar dos Fundos do Plano de Recuperação e Resiliência Europeu, Paulo Cunha e a Coligação de outrora não fizeram o trabalho de casa e agora Mário Passos e a sua Coligação detenham inércia, porque se não prevê programação orçamental um aumento de receitas conexas com o dito plano e ênfase para os próximos anos. Atente-se, que Portugal, foi o primeiro estado membro a integrar à Comissão Europeia a versão final do

Plano de Recuperação e Resiliência, e passou no teste com o Governo de António Costa. Mas infelizmente, foi uma oportunidade perdida para Vila Nova de Famalicão, ao contrário da realidade de outros municípios em todo o País onde se irão desenrolar investimentos maciços ao abrigo deste programa, Famalicão ficou de fora, mas atente-se, que esta questão não é sequer partidária porque já esteve fora nos Governos de Passos Coelho e Paulo Portas e o alinhamento partidário era o mesmo. O problema está antes numa Coligação gasta, estafada, sem ideias, acomodada aos salários e benesses de alguns euros do escrutínio eleitoral, adormecida num plano de gestão corrente, com uma degradação à vista comprometendo com esta atitude passiva e ensonada o futuro das gentes de Famalicão. Excelentíssimo Senhor Presidente, analisada esta falta de ambição deste seu Orçamento, e daquilo que preanuncia para os próximos anos, percebe-se bem que Vossa Excelência é um Presidente novo numa política velha e ultrapassada, a mesma. Em razão de tudo o que antecede e sem prejuízo de outras questões de natureza analítica que se seguirão, o PS não pode dar aval positivo a este Orçamento e terá de se abster na sua votação. -----

---TÂNIA SILVA (CDU) – Apresentou documento escrito que é do seguinte teor: -----
---“Perpassando um mero olhar pelo orçamento para 2022, verificamos que se há novidade relativamente aos que lhe precederam, a mesma terá a ver com o facto de termos lido notícia com honras de primeira página nos órgãos de comunicação locais que “a fatura da água, saneamento e lixo sobe 1,8% (inflação). Câmara suporta restantes custos”.
Perante isto, demo-nos à curiosidade de consultar o orçamento na parte das receitas referentes àqueles itens. Assim, constatamos que, no que toca à água (pág. 144), cujo valor previsto de 5 200 000 € (cinco milhões e duzentos mil euros), regista um aumento de 160 000 euros (cento e sessenta mil euros) em relação ao ano de 2021, i.e. mais 2,60%.
Outros sim, acontece com a receita de saneamento, inflacionado em mais 120 000 € (cento e vinte mil euros), ou seja mais 2,40% (receita 2022 - 5 200 000€ (cinco milhões e duzentos mil euros), versus receita 2021 – 5 080 000 (cinco milhões e oitenta mil euros).

Estranhamente, a previsão de receita via “Resíduos Sólidos” vulgo Lixo, mantém-se igualzinha, ou seja, 3 290 000 € (três milhões duzentos e noventa mil euros). Entretanto, para nossa maior estranheza, enquanto a Câmara terá dito publicamente que ia suportar o aumento de 22% da Taxa de Gestão de Resíduos o aumento orçamental é de apenas 10%, passa de 1 000 000 € (um milhão de euros) /2021 para 1 100 000€ (um milhão e cem euros) /2022 (pág. 157). O mesmo aumento pesa sobre a Taxa de Recursos Hídricos.----

Mas a principal ilação que importará retirar da análise anteriormente feita, é a seguinte:

Total de receitas previstas (Água/Saneamento/Resíduos Sólidos) 14 890 000€ (Catorze Milhões, Oitocentos e noventa mil euros) -----

Total de despesas previstas (Água/Saneamento/Resíduos Sólidos/ Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) e Taxa de Resíduos Hídricos (TRH) - págs. 150 e 157). 6 304 770€ (seis milhões, trezentos e quatro mil e setecentos e setenta euros). -----

Receita Líquida 8 585 230€ (oito milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, duzentos e trinta euros).-----

Perante esta constatação, não seria justo que a Câmara se libertasse de uma visão empresarial, se regesse pela contraprestação/custo do serviço e aliviasse a bolsa dos munícipes, não os continuando a sobrecarregar com taxas e impostos? Não temos dúvidas quanto a isso e é o que faremos quando os famalicenses nos confiarem o poder municipal! Se esmiuçar o Plano nos levaria a questionar largamente este executivo que ora o apresenta juntamente com o Orçamento, como os primeiros de um novo ciclo que as eleições autárquicas de 2021 abriram, optamos em contraponto exercitar-nos no apuramento do quanto custará aos famalicenses no ano de 2022 o projeto “PEDU”, repartido pela regeneração urbana, mobilidade urbana, etc. Não é que, depois da soma aritmética dos valores que lhe estão consagrados no plano (págs. 133, 137 e 138), chegámos ao substancial montante de 9 094 269€ (Nove milhões, noventa e quatro mil, duzentos e sessenta e nove euros) a pagar no próximo ano. -----

Mas, atendendo ao prazo de execução previsto até ao final do ano de 2022 e inscrito no próprio plano, decidimo-nos apurar qual o valor global a que ascenderia este projeto que tantos engulhos têm suscitado quer aos peões, quer aos comerciantes, quer à circulação rodoviária citadina quer ainda pela manifesta redução de espaços de estacionamento. Espantem-se ou não, a megalomania atingirá a soma astronómica de 17 632 538€ (dezassete milhões, seiscentos trinta e dois mil, quinhentos e trinta e oito euros). Mas ficaremos por aqui? Se tivermos em conta situações semelhantes, é provável que não?--- Não poderia terminar, não sem antes manifestar o nosso espanto ao verificar que a prometida Pista de Atletismo afinal de contas a previsão e cumprimento da promessa deste município é apontada para o final do ano de 2024. Curiosamente, e mais uma vez, em ano de eleições autárquicas. Já este último ano passamos pelo mesmo, anunciou-se nos órgãos de comunicação social a conclusão da mesma para o final do Verão, depois para o final do ano. Afinal, será para 2024!-----

Também outra nota final: porque é que esta Câmara tão solidária com as pessoas idosas não delibera a gratuitidade do Passe Sénior Feliz, assegurando a mobilidade territorial, rompendo com o deprimente espetáculo que certamente causa a todos ao verem carreiras de transporte público sem qualquer passageiro. Fica a recomendação. -----

Os documentos em apreço não nos merecem qualquer benefício da dúvida e, por isso, votaremos contra”. -----

---**GERMANO ARAÚJO (PSD)** – Apresentou documento escrito que é do seguinte teor:

---“O ano de 2021 foi um ano atípico. Foi um ano pautado pela incerteza e pela desconfiança devido à situação pandémica que o nosso país e o mundo atravessam desde 2019. -----

O ano de 2021 foi também um ano que representou o início de vários ciclos. -----

Se por um lado temos um novo ciclo autárquico, com novos órgãos eleitos e renovadas ambições para Vila Nova de Famalicão e para os famalicenses, por outro, um novo ciclo de fundos comunitários que oferece horizontes de intervenção muito promissores, além

do ano 2022 ser um ano de esperança de um ciclo de recuperação de normalidade que a pandemia da Covid-19 nos retirou nos últimos anos. Vila Nova de Famalicão tem de estar preparado para o para aí vem. -----

Assim, este executivo, apresenta hoje a esta camara, à assembleia municipal, as suas prioridades para 2022. -----

O documento apresentado, tem 5 agendas prioritárias, apresenta um Famalicão Ecológico, Qualificado, Integrador, Dinâmico e Participativo. As grandes opções de plano para 2022, apresenta um orçamento na ordem dos 133M€. Trata-se de um plano estratégico extenso e detalhado, que apresenta centenas de medidas e iniciativas, honrando o compromisso assumido com os famalicenses e salvaguardando o presente e o futuro da nossa comunidade. Este é um orçamento inclusivo e que não põe de parte nenhum famalicense. É um orçamento para todos e que representa a vontade expressa nas urnas da maior parte dos famalicenses no passado dia 26 de setembro. O documento apresentado, representa a continuidade, o rigor e o foco nas pessoas. É um documento que prima pela sustentabilidade financeira e que está preparado para receber os efeitos da bazuca europeia, aquela que o primeiro-ministro António Costa tantas vezes anunciou na última campanha autárquica. Esperemos não ter retaliações nesse campo por sermos um município gerido e bem, por uma coligação do PSD/CDS-PP. -----

As grandes opções do plano de atividades têm como grande objetivo contribuir para que tenhamos um município mais dinâmico, empreendedor e capaz de atrair cada vez mais pessoas a integrar esta grande comunidade que é o município de Vila Nova de Famalicão. Este não é um orçamento qualquer, este é um orçamento que muda o paradigma do transporte público concelhio, com o arranque do projeto “Mobi Ave”, onde o município prevê investir 54 milhões de euros nos próximos 8 anos, e em 2022 o investimento será já de 5,5 milhões de euros, para garantir um eficiente serviço público de transportes rodoviários de passageiros no concelho, através de uma nova rede intermunicipal desenhada entre os concelhos de Vila Nova de Famalicão, Trofa e Santo Tirso.-----

Na última assembleia o Partido Socialista mostrou uma grande preocupação com a estrutura orgânica da educação, mas Senhores Deputados, a educação em Famalicão está bem organizada e recomenda-se, sendo contemplado neste orçamento, com um investimento na ordem de 5,8 milhões de euros, mais 1,4 milhões de euros do que no ano passado. O futuro de Vila Nova de Famalicão será sempre o resultado das políticas do município na área da educação. Na carta educativa do concelho, o EDUCA 2030, o município assume a educação como uma das prioridades estratégicas para o crescimento individual e coletivo, para mais qualificação, para mais e melhor emprego. O município de Vila Nova de Famalicão posiciona-se nos concelhos mais desenvolvidos do país, vanguardista e organizados, e com as políticas preconizadas continuará a atrair cada vez mais pessoas a se fixarem no nosso concelho, que nos últimos 30 anos teve um crescimento de 45% da sua população. -----

O documento apresentado, não esquece o ambiente nem as políticas ambientais. Apresenta vários programas de desenvolvimento da economia circular e teremos um concelho cada vez mais ecológico. Em 2022 o município continuará com o seu plano de arborização que chegará às 30 000 árvores plantadas até 2030. -----

Teremos um concelho com um foco cada vez maior nas pessoas, nas atividades, nos programas de intervenção e políticas que fomentem o bem-estar, a saúde e a qualidade de vida dos famalicenses. -----

Será privilegiada a proximidade da ação, a aposta na prevenção e no estímulo de hábitos de vida saudáveis, em cooperação com as instituições e associações, sendo estas forças vivas do nosso concelho. -----

Este é um orçamento ambicioso e de continuidade, continuará a dar resposta às necessidades das pessoas mais vulneráveis. -----

Continuará a ser um concelho familiarmente responsável. -----

Continuará a apoiar as famílias, mais vulneráveis através do programa casa feliz. -----

Continuará a apoiar os séniores com o passe sénior. -----

Continuará a apoiar os estudantes com as bolsas de estudo. -----

Continuará a apoiar o desporto jovem com a oferta das inscrições e seguros a todos os praticantes independentemente da modalidade. -----

Continuará a reconhecer os sucessos desportivos dos famalicenses com a organização da gala do desporto. -----

Continuará a ser Mais Ação, Mais Famalicão. -----

Hoje gerir bem um concelho não é apenas ter uma relação próxima com o betão, mas sim com as pessoas. -----

Famalicão está preparado para o futuro, Famalicão está preparado para a descentralização de competências, Famalicão está preparado para receber mais fundos comunitários e assim cofinanciar novos projetos e obras, mesmo que estas não sejam da sua responsabilidade direta. O nosso município continua numa trajetória ascendente, e segundo o anuário financeiro dos municípios portugueses 2020, como sabem um relatório reconhecido de grande qualidade e relevância, o município de Vila Nova de Famalicão está posicionado em segundo município do distrito de Braga no ranking dos municípios com maior eficiência financeira. Famalicão é mesmo, entre os municípios de grande dimensão, o 5º do Norte com maior eficiência. -----

Senhores e senhoras deputadas, o documento apresentado é ambicioso, assente, por um lado, numa linha de continuidade do modelo de gestão que posicionou Famalicão como município exemplo nos mais variados domínios e, por outro lado, enquadrado no contexto da abertura de um novo ciclo da gestão autárquica. -----

Este é o instrumento que garante o futuro de Famalicão, por isso o PSD votará orgulhosamente a favor. Famalicão o nosso lugar obrigado senhor Presidente”. -----

---**MANUEL NASCIMENTO (CDS)** – Começo por louvar a intervenção do meu colega de bancada, o Francisco, pela interessante análise que fez ao Orçamento, uma análise cuidada e que reflete a opinião do Grupo Municipal do CDS/PP, e por isso, congratula-lo também pelo trabalho. Ouvi atentamente todas as intervenções, e ouvi atentamente

principalmente e com muito cuidado a intervenção do senhor Deputado, Jorge Costa, em representação do Partido Socialista. E sobre isso, queria dizer o seguinte, dá ideia até pela convicção, pelo conteúdo e pela forma como o senhor Deputado Jorge Costa diz e se expressa, o senhor Deputado e o Partido Socialista são desde há muitos anos os supassumos na elaboração de orçamentos e na gestão de dinheiros públicos, de impostos, aliás, tem sido assim já desde a primeira Assembleia Municipal que ocorreu ainda este mês, foi constante a intervenção do Partido Socialista no que diz respeito aos impostos. E eu ouvi o senhor Deputado dizer que se continua a retirar dinheiro às pessoas pelos mesmíssimos serviços, dando a entender que cada vez se cobra mais a nível fiscal no Município de Vila Nova de Famalicão. E não posso deixar de dizer, não deixa de ser curioso no mínimo ouvir o Partido Socialista a falar de orçamentos, de gestão de dinheiros públicos, de impostos, um bocadinho ao jeito daquele efeito de Dunning Kruger que nós conhecemos, e neste particular isto faz-me lembrar uma história que eu gostava de partilhar com esta Assembleia Municipal, que é, eu tive a oportunidade felizmente há uns anos de me formar em Engenharia, e tive uma cadeira que era a cadeira de eletricidade e magnetismo que confesso, sem qualquer problema, mesmo tendo feito a cadeira não é de todo o meu forte. Nessa cadeira e já lá vão uns anos, tinha um Professor que no início do ano letivo não apareceu às aulas, não apareceu na primeira semana, não apareceu na segunda semana e a Universidade acabou por ter que entregar a outro Docente, curiosamente esse docente era Engenheiro Eletrotécnico e estava a construir uma casa na altura e cismou, isto foi conhecido na Universidade era público, cismou que tinha de ser ele a fazer a instalação elétrica da casa, então pôs mãos ao caminho e fez ele a instalação elétrica da sua casa. O que é que aconteceu, aconteceu que passado algumas semanas da casa estar concluída houve um curto-circuito e a casa incendiou. Ora, senhor Deputado, aquilo que me parece, o Partido Socialista a falar de impostos e de gestão de dinheiro público é este meu Professor de eletricidade. O Partido Socialista tem uma teoria muito boa, tem uma grande eloquência, de facto, o senhor Deputado expressa-se muito bem e

eu louvo isso, já o conheço há muitos anos, mas o Partido Socialista a falar de impostos e de gestão de dinheiro público é este meu Professor de eletricidade a fazer a instalação elétrica na casa dele. Acaba por provocar um curto-circuito e os Portugueses já estão a ficar habituados a isso e principalmente estão a ficar um bocadinho fartos. Continuou o senhor Deputado a falar do Orçamento, ou a falar sobre o Orçamento porque do Orçamento não se ouviram grandes considerações, mas confesso, que quando comecei a ouvir o senhor Deputado a falar do Orçamento pensei, e depois de o ter ouvido na primeira Sessão da Assembleia Municipal a criticar a Câmara Municipal e o senhor Presidente da Câmara, pelo modo como tratou, entre aspas, a Educação pela ausência de um departamento, confesso que contava agora ouvir uma palavra sobre o acréscimo da verba neste particular dedicado à Educação, curiosamente, nada foi dito nesse sentido como noutros. Dirá certamente agora, que eventualmente, este acréscimo de verba surgiu porque o senhor Vereador, Eduardo Oliveira, o conseguiu. Sinceramente, não queremos saber quem o conseguiu, queremos que ele exista e que continue este investimento na Educação, e por isso, louvamos a Câmara Municipal. Finalmente, continuou o senhor Deputado a falar da falta de ambição política deste documento, é uma opinião senhor Deputado, que respeitamos, mas com a qual não concordamos, nem nós nem a maior parte dos Famalicenses. Isto é um programa, ou a maior parte dele, que foi sufragado em outubro passado e deu os resultados que são públicos, são conhecidos de toda a gente e, portanto, não passará de uma opinião senhor Deputado, o senhor tem a sua que eu respeito, mas nós temos a nossa completamente distinta. Relativamente á imprevisibilidade dos tempos que o senhor Deputado referiu também, acabou por dizer que são tempos imprevisíveis e de facto, finalmente concordamos, são tempos imprevisíveis, são tempos difíceis, são tempos que estão acautelados neste Orçamento por parte da Câmara Municipal, e neste particular devo dizer, isto é uma opinião pessoal que exprimo aqui, nós não temos qualquer problema com a apresentação de Orçamentos Retificativos, não são um bicho papão, o Orçamento é um documento dinâmico, é uma

previsão que pode ser adaptada às necessidades dos Famalicenses e que deve ser adaptada às necessidades dos Famalicenses. Mas de facto, neste particular da imprevisibilidade dos tempos o senhor Deputado referiu bem, são tempos imprevisíveis, e nós tivemos oportunidade de ver isso no mandato anterior e até já neste, são tempos em que quando uma Autarquia conta com a ajuda de um Governo Central muitas vezes tem que se fazer substituir a este Governo Central, e sabem bem do que estamos a falar, estamos a falar de Centros de Doença Respiratória, da Clínica da Mulher e da Criança, de Staff no Centro de Vacinação, estamos a falar da Loja do Cidadão, com as participações na Nacional 14, tudo isto, competências da Administração Central, que deviam estar acauteladas e que deviam ser da responsabilidade da Administração Central, teve que fazer muitas vezes com que o Município tivesse que se substituir e portanto, de facto, senhor Deputado, os tempos são mesmo imprevisíveis. Finalmente, acabou o senhor Deputado, ou quase finalizou com chave de ouro, com aquela frase e só mesmo para terminar a minha intervenção, foi bastante reveladora para quem não conhece o senhor Deputado e está a ter a oportunidade de conhecer a sua frase “volta Armindo volta Agostinho”, percebo o saudosismo, mas felizmente para bem de Famalicão e dos Famalicenses são tempos que não voltam.-----

---PAULO PINTO (PS) – Apresentou documento escrito que é do seguinte teor: -----
“Excelentíssimo Senhor Presidente, como já foi referido anteriormente, o PS ira-se abster neste orçamento. Fazemo-lo, de acordo com uma mistura de coerência que sempre temos tido, com uma esperança de que sempre que se abre um novo ciclo, se possa corrigir aquilo que de mal se tem feito e se fortaleça o que realmente é necessário fazer. Como diz o povo “a esperança é a última a morrer” e o PS sempre tem a esperança de que realmente seja desta vez que os Famalicenses possam realmente ser os grandes beneficiados deste orçamento. Esperamos, Senhor Presidente, que o nosso voto não seja desbaratado por si, que realmente quando estivermos a analisar o relatório de contas de 2022, nos possa demonstrar que foi merecedor não só do nosso voto de confiança como

dos famalicenses. Mas apesar da nossa esperança, e do nosso voto de confiança, existem já algumas particularidades, chamemos-lhe assim, neste orçamento e plano de atividades que nos levantam algumas dúvidas e para as quais eu gostaria de realçar, á semelhança do que já foi feito pelo meu camarada de bancada na anterior intervenção. Faço-o, sempre num espírito construtivo e com a esperança de que a minha análise não seja a mais correta, mas caso o seja, que Vossa Excelência possa retificar algumas opções, de modo a que este documento possa realmente ir ao encontro daquilo que os famalicenses realmente necessitam e merecem. Existem alguns números neste orçamento que não deixam de ser preocupantes. Por um lado, as receitas correntes são cerca de 50% superiores (mais de 30M€) ao que era estimado em 2013, e acho que todos devemos nos perguntar o porquê. Porque é que os famalicenses continuam a pagar mais, mais e mais? Por exemplo o IMI tem uma previsão de crescimento de quase 2% relativamente á previsão do ano passado, relativamente a 2018 já é 5% superior. Senhor Presidente não era justo, que a redução do IMI pudesse ser superior, como é que se entende que perante um discurso de estabilidade fiscal, os famalicenses continuem a pagar cada vez mais e mais pelo mesmo. Senhor Presidente na última sessão, em que analisamos a proposta do IMI, vossa excelência não se comprometeu com o facto da Camara não tomar qualquer iniciativa que levasse a que os famalicenses pudessem pagar mais IMI pelo mesmo. Perante esta previsão de aumento de receita, não entende que era justo, que houvesse da sua parte um compromisso dessa ordem? Para deixar mais tranquilos os famalicenses. Para que estes saibam que esta Câmara não vai tentar cobrar mais pelo mesmo. Ou Senhor Presidente, perante este previsível aumento de receita, não era de ponderar, baixar a taxa de IMI, de modo a que a receita pudesse ser estável, a tal apregoada estabilidade fiscal, e os famalicenses realmente pagassem o mesmo pelo mesmo. O mesmo exercício podemos fazer para o IRS, a previsão de receita é 6,5% superior ao orçamentado para 2021 (relativamente ao estimado para 2018 esta previsão já é quase 40% superior). Senhor Presidente, não entende que é chegada a hora de realmente aliviar os famalicenses, e aplicar uma redução

na taxa de IRS em que o valor arrecadado seja linear e não com a utilização desta estratégia, em que a receita com o IRS continua a subir, porque Senhor Presidente, quando a receita sobe, é porque os famalicenses pagam mais. Mais, pelo mesmo. Numa observação rápida, também constatamos, que depois de uma subida impressionante prevista para 2021 das despesas de capital, coincidência, ano de eleições, esta rubrica cai mais de 10M€, nada de anormal nesta maioria, convenhamos. E então, se o investimento cai, mas as recitas correntes sobem, para onde vai o dinheiro. A resposta é lógica, para o sítio do costume, para as despesas correntes, que crescem cerca de 13% relativamente ao orçamento anterior (mais 10M€), e são somente quase 90% superiores ao orçamentado em 2013. Ou seja, em cerca de 10 anos, as despesas correntes, praticamente duplicaram. As despesas com pessoal essas continuam iguais a si próprias, sempre a subir, mais 8% relativamente ao ano transato, e já são cerca de 75% superiores (mais 14M€) relativamente a 2013. Mas também temos de ser justos, é previsível que uma parte deste aumento de encargos sejam referentes ao contrato local de educação. Este contrato, de acordo com o anterior executivo, tinha custos com pessoal associados de cerca de 6M€. Senhor Presidente, uma pergunta concreta, esta estimativa de custos mantém-se, os 6M€? É que se mantendo ainda existe um aumento de 8M€ com despesas com pessoal, que carecem de explicação. Será que nos pode explicar? O que verificamos, é que o estado aumentou a sua contribuição para este contrato, estando previsto mais 10M€, agora é importante saber se houve aumento de gastos e quais, e esclarecer onde se gastam os restantes 8M€. As avenças são cerca de 1M€, e o restante? Será que vamos voltar a ver aquele efeito pós-eleições autárquicas, em que os custos com pessoal sobem? Esperam-se respostas. Sem me querer alongar muito, entendo que muitas vezes para fazermos um enquadramento correto, temos de nos comparar com aqueles com quem realmente nos temos de comparar. Aliás esta maioria sempre gostou de rankings, pelo menos de alguns, não de todos. Só gostava dos que lhe permitiam por a verdadeira máquina de propaganda a funcionar, mesmo que esse ranking comparasse aquilo que não deveria ser comparado.

Eu pessoalmente, já no passado o fiz, utilizo o anuário dos municípios famalicenses, publicação que julgo, não será posta em causa por ninguém. E sem me querer dar muitos dados, deixo só alguns, da ultima edição, que devem ser fruto de análise, no mínimo. Falei há pouco no IMI excessivo que esta Câmara cobra, e o certo é que de acordo com o anuário, quando comparamos a receita cobrada em IMI e aquela que seria cobrada caso a taxa fosse a máxima, ou seja evidencia o que cada município poupa aos seus munícipes, Famalicão é o 23º concelho do País, no entanto Braga é o 15º concelho com maior diferença e Guimarães o 19º. Realmente Famalicão podia e devia reduzir a taxa. Aliás quando verificamos o aumento desta receita, Famalicão é o 9º concelho onde esse aumento é mais significativo, á frente de Barcelos (11º) e Guimarães (14º). Em termos de Derrama, por exemplo, Famalicão é o 10º concelho com uma maior receita cobrada, à frente de Braga, Guimarães e Santo Tirso, que por exemplo ocupa o 34º lugar. Depois ficamos espantados quando o LIDL vai para Santo Tirso. Aliás em termos de receita cobrada, somos o 12º concelho, à frente de Guimarães e da Maia por exemplo (20º lugar). Somos também o concelho que ocupa o 6º lugar a nível nacional no que respeita à venda bens e serviços. Com o preço que pagamos a água, por exemplo, não é de admirar. Se a cobrarmos estamos na primazia, a gastar também o estamos. Somos o 16º concelho com mais despesa paga, à frente de Guimarães e Barcelos, por exemplo, sendo que no que diz respeito ao volume da despesa gasta com pessoal somo o 11º concelho, enquanto que Guimarães é o 19º, Barcelos o 35º. Já que no concerne à aquisição de bens e serviços, somos o numero 1 do distrito. Mas já que gastamos bem, podia ser que também investíssemos bem. Mas se olharmos para o investimento pago, Famalicão é o 19º concelho, sendo que Guimarães ocupa o 12º lugar e Braga o 18º. Sr. Presidente, apesar do nosso voto de confiança, existem alertas de uma necessária mudança. Existe margem para o fazer, o tempo urge, mas ainda vamos a tempo, caso vossa excelência assim o queira. Termina, só com mais um indicador, que deve-nos servir de alerta, no anuário quando analisam o volume de juros e encargos financeiros pagos, Famalicão é o 1º do distrito.

Senhor Presidente como lhe disse na ultima sessão, não deve perguntar o que os outros podem fazer pelos famalicenses, mas deve isso sim perguntar o que pode fazer pelos famalicenses. Por Famalicão e pelos famalicenses. Fica o alerta”.-----

---PEDRO SANTOS (PSD) – Apresentou documento escrito que é do seguinte teor:-----

---“Este documento “Grandes Opções do Plano e Orçamento 2022” apresenta a ambição deste executivo da Câmara Municipal e espelha o programa autárquico sufragado em setembro de 2021. Este orçamento acomoda já parte da verba numa área que será a grande revolução dos transportes públicos em Famalicão. Aquilo que é uma responsabilidade do Governo, a Câmara acata para si esta responsabilidade e cria novas condições numa mudança de paradigma na mobilidade de transporte público concelhio. Este procedimento é absolutamente histórico no nosso País, não se conhecendo igual exemplo, uma vez que junta três municípios no mesmo processo, Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso e Trofa, oferecendo complementaridade, cooperação estratégica, eficiência nas rotas e na sustentabilidade ambiental, pelo cumprimento da norma europeia Euro 6, sendo o seu objetivo limitar as emissões de gases poluentes, com especial enfoque para as viaturas com recurso a fontes energéticas não poluentes. Famalicão lidera o consórcio, Movi.Ave num assunto tão importante e complexo como este e garante uma revolução nos transportes públicos de passageiros, aumentando significativamente as rotas e dentro destas cria mais frequência de horários, aumento da área de atuação, salvaguardando o compromisso com a sustentabilidade ambiental e financeira, investindo na qualidade de vida das pessoas e na sua comodidade. Cria condições excelentes para os famalicenses deixarem de utilizar as suas viaturas e começarem a utilizar a comodidade dos transportes públicos. Este modelo de transportes, foi construído, moldado, para ser um serviço à medida dos famalicenses, tendo tido a participação de muitas pessoas e instituições, forças vivas da cidade, Presidentes de Junta, utilizadores frequentes dos transportes públicos, entre outros, estes como exemplos. Esta visão integrada no território, pela

dimensão de juntar Santo Tirso e Trofa, aproxima a área Metropolitana do Porto. Ao mesmo tempo, implementa uma visão mais integrada do território. -----

Este é um contrato de prestação de serviços e não uma conceção. No projeto Movi.Ave o Município é que gere a Bilhética, com possibilidade de gerir no futuro a título de exemplo, a gratuitidade no Passe Sénior, entre outros tarifários que podem da mesma forma integrar a gratuitidade se justificáveis. Serão 54 milhões de euros nos próximos 8 anos, para garantir um serviço público de transportes eficiente, no concelho, através de uma rede intermunicipal entre Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso e Trofa. Tudo isto, aliado ao investimento realizado na nova estação que garante mais conforto e comodidade aos passageiros e melhores condições aos operadores. -----

É, pois, um Plano e Orçamento 2022 que define linhas de desenvolvimento estratégico, um orçamento responsável, com visão, que responde às necessidades e ambições dos famalicenses”. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Duas ou três notas para desenvolver um ou outro esclarecimento. E começo pelo dossier ambiental, tem a ver com a água, saneamento e os resíduos sólidos urbanos. Há aqui uma confusão, a Câmara Municipal não vai aumentar a tarifa de água no próximo ano, a tarifa no próximo ano é exatamente igual à de 2021, não há qualquer aumento. Há aí uma confusão, obviamente que, a receita no que respeita a este dossier aumenta porque as redes também aumentaram, quer o saneamento, quer a rede de água. E portanto, há mais pessoas a usufruir destas redes e portanto, obviamente, temos mais consumidores a pagar por isso é que aumenta a receita, mas isso não tem nada a ver com as tarifas, a tarifa de água mantém-se apesar de o fornecedor de água, Águas do Norte, como é sabido, ter aumentado também a água em 0,9%, nós sabemos que as Águas do Norte tem tutela. Depois temos também a Resinorte, a quem nós pagamos o depósito dos lixos, como é sabido, aumentou 23% a tonelada, vou dizer outra vez, 23%, e nós fizemos apenas uma atualização no que respeita aos lixos igual à inflação que é prevista e definida pelo Governo 1,8%. No saneamento, aumentou

também exatamente de igual forma, as taxas como aqui já foram faladas, as taxas de recursos hídricos e de gestão de recibos que aumentaram como sabem, são valores que nós pagamos todos que vão diretamente para o Orçamento de Estado Nacional, pagamos para isso. Em vez de diminuírem o ano passado, uma delas aumentou 100% a meio de 2021, aumentou 100%. Portanto, mesmo assim, nós estamos a fazer um esforço porque sabemos o quanto significa para as pessoas mantermos o preço da água, esta é uma realidade, queria esclarecer porque há aí muita confusão. No que respeita ao aumento da despesa corrente ela é óbvia, porque nós desenvolvemos cada vez mais políticas direcionadas para as pessoas, nós temos mais pavilhões, precisam de pessoas, se temos o Teatro Narciso Ferreira, precisam de pessoas, nós queremos uma boa Educação, precisam de pessoas. A este propósito, quero dizer ao Deputado Paulo Pinto, obviamente que um milhão de euros não são para os vinte e cinco Assistentes Operacionais. Eu disse que podia ir porque vamos necessitar de mais de vinte e cinco e já alocamos a verba que pode ir até um milhão de euros, que é uma coisa diferente. Por outro lado, quanto à regra que também aqui foi falado, a regra do equilíbrio orçamental devo dizer que a fórmula usada que está prevista na Lei das Finanças Locais é a mesma usada há vinte anos. Não há aqui nenhuma diferença, nenhuma alteração. É a mesma regra do equilíbrio orçamental prevista na Lei das Finanças Locais que é usada e, portanto, aqui o equilíbrio está garantido.-----

Depois dizer que o Orçamento, que também não percebo porque é que o dizem, o Orçamento deste ano não subiu 5% praticamente ao ano passado. O Orçamento deste ano reduziu 2,25% relativamente ao ano passado, portanto há aqui uma grande diferença. Não sei como é que lá chegaram, lapso com certeza que tiveram qualquer. Por outro lado, a nossa taxa de endividamento atual é de cerca de 24%. Há vinte anos atrás era de cerca 120%, porque nós temos que fazer é o rácio a correlação da dívida em função do Orçamento também. Como faz o Estado, como é assim que tem que se fazer. O Orçamento há vinte anos era na casa dos cinquenta e cinco ou sessenta milhões, era por

aí, agora são de cento e trinta e três. Portanto, obviamente que a nossa capacidade de endividamento é muito maior e, portanto, o que aqui importa é falar-se de taxas de endividamento. Quanto à opacidade, que tanto o que o Partido Socialista fala, eu devo lembrar no novo ranking, de uma organização internacional sem fins lucrativos sediada em Bruxelas, com certeza que não nos conhece de lado nenhum, em que coloca Famalicão no índice da transparência como em 4º lugar dos cinquenta maiores municípios de Portugal. Nós estamos em 4º lugar. Portanto, são evidências claras de quanto transparente nós desenvolvemos em tudo aquilo que fazemos. E, portanto, eram estas notas que queria deixar em jeito de complemento e de esclarecimento aqui aos Senhores Deputados. -----

---JOÃO CASTRO (CHEGA) - Só para responder um pouco àquilo que tem sido dito e especificamente ao senhor Deputado, Jorge Costa, por quem eu tenho a máxima consideração, mas para lhe dizer o seguinte, o Senhor Deputado fala constantemente em frivolidades e a todo o momento tenta demonstrar uma superioridade técnica em determinados assuntos que na realidade não tem. O PS não tem qualquer autoridade para falar do que quer que seja. Nós, CHEGA, reafirmamos a ideia de que consideramos a Câmara suficientemente competente para executar o Plano, no entanto, vamos estar atentos. Quais são os nossos pontos em que estaremos especialmente atentos, a ecologia, saúde, mobilidade, urbanismo e proteção dos grupos mais desfavorecidos. Lembro, também, ao Senhor Deputado, e relativamente àquilo que eu disse anteriormente no que diz respeito à imprensa, que é um vício do centralismo que o CHEGA foi altamente ostracizado na campanha eleitoral, até o Senhor Presidente de Câmara foi alvo de grandes preconceitos e houve alturas em que o CHEGA, foi o próprio CHEGA que defendeu o Senhor Presidente de Câmara pelo seu trabalho que tinha feito na Vereação anterior. Portanto, é preciso libertar a imprensa destas amarras do poder político para termos uma democracia em pleno. Depois, reafirmar a ideia do seguinte, a nós não nos custa nada reconhecer a competência das pessoas desde que cumpram aquilo que está estipulado. Há um fator muito importante, este orçamento é dinâmico a todo o momento nós vamos

propor alterações e retificações. O que nós preconizamos, é pura e simplesmente a melhoria da qualidade de vida dos famalicenses e Famalicão é um concelho que merece ter uma qualidade de vida, se calhar, melhor que a média nacional por todas as características que nós temos. Por último, dizer que os argumentos e os vícios de uns, PSD e PS, são os mesmos e vale a pena neste momento fazer a destrinça. O PSD tem que se distanciar de uma vez por todas das políticas Socialistas porque nós com o Socialismo não vamos a lado nenhum. -----

---ARMINDO GOMES (CDS) - Nós estamos aqui a discutir um Orçamento de 133.477.110,84€. Vou fazer um resumo de investimento deste Orçamento. No saneamento e abastecimento de água está previsto neste Orçamento 2.509.589,00€, um investimento em obras municipais 9.777.924,00€, isto serve também para a Deputada da CDU, para a Tânia, reabilitação urbana 3.031.497,00€, mobilidade urbana, vias cicláveis e turismo 1.382.728,00€, investimento na cultura, Biblioteca de Famalicão, Casa de Delães e Casa de Camilo de Seide, conhecida como casa do Caseiro, 2.681.157,00€, investimento no desporto, lazer, um total de 3.190.430,00€, isto neste valor de 3.190.430,00€ está para o próximo ano de 2022 1.900.000,00€ para a dita Pista de Atletismo em Talvai. Portanto a Pista será uma realidade no ano 2022, não será no ano de 2024. O restante é para obras das piscinas, obras de pavilhões desportivos isto para várias intervenções. Na educação, o investimento nas escolas, um ano a seguir às eleições, nos últimos mandatos não tenho visto um investimento tão grande estamos aqui a falar de 7.241.150,00€, é um bom investimento em obras nas escolas. Para terminar, vamos ter uma rede de transportes que liga Famalicão, Trofa e Santo Tirso, que vai custar à Câmara cerca de 5.000.000,00€ por ano. O primeiro concurso será de cinquenta e quatro milhões, isto na ordem de oito anos, que a Câmara irá lançar a concurso, provavelmente só entrará em vigor lá para o final do ano. O concurso público tem a sua publicação em Diário da República, tem os concorrentes e demora sempre alguns meses, mesmo que a Câmara queira apressar isto de uma forma ligeira não consegue. Estas Câmaras vão fazer um

investimento, Famalicão Santo Tirso e Trofa de 83.000.000,00€. Isto vai mudar a mobilidade dos transportes para Famalicão e para estas duas Câmaras nunca visto em Famalicão. Este Orçamento merece o voto favorável do CDS, é um bom Orçamento para Famalicão, é um Orçamento para depois das eleições, é um Orçamento para pensar na mobilidade e nos Famalicenses. Senhor Presidente, termino que a hora já vai longa. -----

---BEATRIZ SOUSA (PSD) - Quero dedicar a minha intervenção nesta Assembleia para congratular a Câmara Municipal pelo Orçamento, pois é um Orçamento que considero que manterá o Município de Famalicão no centro do triunfo e que se preocupa com a Juventude promovendo a participação, a criatividade e a equidade da geração. A aposta na mobilidade internacional é sem dúvida um ponto a realçar, tendo em conta que a nossa geração, é uma geração que tem muitos objetivos a este nível como estagiários, estudar e até realizar voluntariado no estrangeiro. Outros pontos bastante relevantes são o estímulo à criatividade de Jovens, como por exemplo, o Festival de Cinema Jovem Ymotion e o estágio Jovem Orquestra Famalicense que são sempre um sucesso dentro da comunidade. A aposta na área do Desporto, nomeadamente, os apoios financeiros aos seguros e as inscrições federativas dos Atletas das mais diversas modalidades desportivas e a candidatura à Cidade Europeia do Desporto, considero que em muito contribuirão para o sucesso continuado de jovens desportistas famalicenses. -----

Termino por agradecer pelo alargamento de horário da Sala de Estudo, na Casa da Juventude, espaço escolhido para acolher os jovens, entretanto, o que permite aos estudantes, sobretudo aos trabalhadores estudantes um espaço de estudo que se adequa à disponibilidade de cada um. Sem dúvida que é um Orçamento que tem em vista os melhores interesses de Vila Nova de Famalicão e que honra o compromisso assumido com os Famalicenses. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – Informa que a Sessão vai ser suspensa, a data para a continuação será anunciada após as intervenções do público. -----

--- Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de:-----

-----**DEPOIS DA ORDEM DO DIA**-----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Informa que deram entrada na Mesa duas intervenções público, dando a palavra por ordem de entrada dos pedidos para intervirem. -----

---**NUNO CRUZ (Freguesia de Ribeirão)** - A minha intervenção aqui está relacionada com uma notícia que foi publicada a semana passada no Notícias Famalicão, em que denunciava uma discriminação de alunos na Escola EB2, 3 de Ribeirão no acesso à modalidade de natação, no âmbito da disciplina da Educação Física, disciplina esta que é oficial e é obrigatória. Só para enquadrar o tema, estas aulas são lecionadas nas Piscinas Municipais de Ribeirão. Questionado o Agrupamento, o Agrupamento refere que esta discriminação do acesso, e estamos a falar de alunos que não estão com certificado de vacinação pela idade precoce também que é só a partir dos 12 anos, é aplicada pelas Piscinas Municipais, pois no Plano de Contingência da Escola nada existe que impeça os alunos de fazer a aula de Educação Física ou de partilhar Balneários. Consultando todas as normas da DGS, não há nenhuma norma que faça esta discriminação em ambiente escolar.-----

A Câmara refugia-se no artigo 16º, Resolução do Conselho de Ministros nº 157/2021, ou seja, a Câmara por sua livre iniciativa, decidiu aplicar uma Resolução para o uso das Piscinas em formato Recreativo às atividades letivas. Permita-me só uma pequena comparação, este exemplo é o mesmo que esta Assembleia Municipal ser efetuada num auditório cultural e todos os Deputados eleitos representando os cidadãos serem discriminados no acesso mediante a apresentação de tal Certificado. Isto, porque alguém arbitrariamente decidiu que a Assembleia Municipal era um evento cultural. Este exemplo que estou a dar não é uma invenção, este exemplo que acabei de dar foi uma situação que já se passou em Portugal e já foi denunciada. -----

---Tenho três perguntas que gostaria que me esclarecessem de forma direta: -----

1 - Qual foi o fundamento da Câmara Municipal de Famalicão para fazer esta segregação de alunos em ambiente letivo? -----

2 - Como não existem normas na DGS que digam que um aluno possa ser excluído de uma atividade letiva por falta de Certificado Digital, qual é a autoridade da Câmara Municipal para aplicar esta segregação?-----

3 - Quem assume as responsabilidades e respetivas consequências por existirem competências que não estão a ser adquiridas por parte dos alunos discriminados? -----

E em jeito de conclusão, permita-me só concluir que toda a atuação da Câmara neste processo foi como um lavar de mãos desta situação, e não defendeu nunca nem lutou pelo superior interesse destes alunos. -----

---ARMINDO MAGALHÃES (Freguesia de Vila nova de Famalicão) - Eu queria falar, penso que ainda não se falou, tem a ver com a alteração ao PG junto ao Tribunal, mas antes disto, queria dizer a toda a Assembleia, a todos os Deputados, que no dia seis de janeiro, às dezoito e trinta, vamos aqui falar novamente num caso, vocês falam muito em participação e transparência, que é o caso do Parque da Devesa, vamos dar conta disto. Desde já convidamos todos os Deputados de todos os Partidos Políticos para assistir ao ponto de situação do Parque da Devesa, nomeadamente da nossa entrada com a ação popular e com a contestação à Providência Cautelar.-----

As perguntas que eu queria fazer ao Senhor Presidente da Câmara, tem a ver com uma questão que vai ser lançada no dia cinco, do PG junto ao Tribunal.-----

---A primeira pergunta é: - Estão sempre a defender que de facto o comércio local é importante, e eu também o acho que seja, mas não acham desproporcional a quantidade de área que tem para comércio que me parece que será essencialmente para Hipermercados, Supermercados ou Centros Comerciais naquela Zona? -----

---A outra questão é: - Como é que vão justificar, se isso se vier a concretizar, espero que não, mas às tantas vai, como é que vão justificar depois aos pequenos comerciantes, curiosamente, Famalicão é uma cidade apesar de tudo que tem uma dinâmica comercial

interessante e mesmo serviços, tem uma vitalidade económica interessante e eu penso que é da responsabilidade toda vossa, nossa também, mas vossa que estão a gerir, continuar com essa dinâmica e não a destruir. Eu penso que o facto de vocês, à entrada de Famalicão ou à saída de Famalicão, depende onde se vai, fazer mais centros comerciais, zonas comerciais com essa extensão para além de ser um erro crasso em termos de urbanismo, eu penso que os comerciantes vão vos pedir contas.-----

Eu estou a falar nisto e ainda bem que vocês puseram isto para discussão pública. Espero que as pessoas participem, o mesmo já deviam ter feito com o Parque da Devesa, mas pronto. Não passou, eu acho que vai continuar. Eu acho quem fala numa cidade dinâmica, uma cidade moderna e para quem defende o pequeno comércio, é um erro estratégico enorme. -----

---Eu queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, se tem consciência disso?

---A outra questão tem a ver com as áreas verdes, o corredor verde que se iniciou, começou-se a pensar nisto desde os anos cinquenta, do século vinte, além de ser exíguo, é um corredor sem saída, infelizmente não se dá continuidade para outro espaço rural? Era sensivelmente isto que queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Caro Nuno Cruz, como sabe as piscinas não são da tutela da escola EB 2, 3 de Ribeirão. É sabido que a Câmara Municipal cede espaços, quer pavilhões, quer piscinas às escolas para que elas possam promover dinâmicas no âmbito da sua disciplina de Educação física. Portanto, a escola rege-se pelas regras e um equipamento ou conjunto de equipamentos que não são escolares, desde logo, tem lá outras pessoas a frequentar, portanto turmas vão usar estes espaços para as suas iniciativas ou o que for, estão lá outras pessoas no âmbito de projetos municipais ou associativos. Portanto, esta piscina em particular e todas as piscinas de Famalicão que têm as mesmas regras, como é obvio, foram por via de recomendações da Delegação de Saúde Local onde foram desenvolvidas. Portanto, aqui a escola o que tem que fazer e presumo que tenha feito, é que os alunos que porventura não estavam em condições de

cumprir os requisitos que estavam estabelecidos, teriam que fazer outro tipo de exercício no âmbito da Educação Física, outro tipo de dinâmica. Penso que a escola sabendo isto o fez. É uma questão de lógica. Não se faça confusão que as piscinas ou pavilhões são apêndice das escolas que se regem pelas regras escolares, não, absolutamente nada. Regem-se por regras próprias que são estabelecidas pela Delegação de Saúde, porque nós já as solicitamos desde o tempo da pandemia e vão evoluindo de acordo, obviamente do contexto pandémico em que vivemos. Quando se agrava são umas, quando são desagravadas são outras. E, portanto, é isto que sucede. Nós não podemos por em risco, alterando estas regras ou estes critérios, todas as outras pessoas que estão na piscina, nomeadamente seniores, para além de outros, como é óbvio. E, portanto, o que a escola tinha aqui que fazer e sabendo das regras como sabe, era desenvolver as iniciativas que achasse relevantes, nomeadamente, para aqueles que não pudessem entrar. E penso que o fez, porque a lógica me diz que assim devia ter sido feito. -----

---No que respeita à intervenção do Arquiteto Armindo Magalhães, dizer-lhe duas ou três coisas. Fez, obviamente referência nomeadamente no que concerne ao comércio, obviamente que esta unidade de execução é muito mais que isso, é muitíssimo mais que isso. Reduziu esta unidade ao comércio, e eu custa-me ainda a ver pessoas a defender o modelo do passado que é, não vamos deixar entrar nada em Famalicão porque pode prejudicar o comércio local. Foi exatamente esse pensamento que prejudicou e muito o comércio local em Famalicão, e, portanto, nós temos que mudar o paradigma. E não vamos inventar a roda, nem a pólvora, como se costuma dizer. Nós vamos fazer o que porventura as boas práticas já nos dizem, já o demonstram que são feitas por outras cidades. Nós sabemos que é muito importante nós termos em Famalicão as chamadas marcas âncora que trazem milhares, centenas ou milhares de pessoas. Famalicão não tem por incrível que pareça. Temos que as ter! Isso vai trazer muita gente a Famalicão e com isso vai ser beneficiado o comércio local. E, portanto, discordo completamente desse pensamento, muito, muito do passado que se quer trazer para um futuro cada vez mais

urbano para Famalicão. Mas devia-se falar da duplicação daquela estrada, uma nova entrada de referência que vamos ter em Famalicão, a duplicação da linha, uma ciclovia, com passeios um de cada lado, com iluminação convincente. Isso não sei porque não se fala que é muito importante também para a atratividade das cidades e desta em particular que estamos a falar da nossa. E, portanto, como disse há pouco, também, a proporcionalidade que fala, não sei qual é a fórmula que é usada para encontrar a proporcionalidade entre ter mais comércio de um lado ou do outro. Não conheço fórmulas que nos indique exatamente qual deve ser essa proporcionalidade, mas disse o que está correto, este assunto está em discussão pública desde o dia três de dezembro. Penso eu que termina no dia dez de janeiro, há uma sessão pública marcada, como disse, no dia cinco e, portanto, um processo que nós queremos que seja bem debatido, que haja contributos para melhorarmos este projeto não só da extensão do Parque de Sinçães que vai ser prolongado pela linha de água de que fala com o tal corredor verde, e, portanto, acho que é um bom projeto. Claro que nós estamos muito disponíveis também para rececionar muitos contributos para que este processo ainda tenha mais qualidade. -----

---APROVADAS EM MINUTA TODAS AS DELIBERAÇÕES TOMADAS. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – Informa que a continuação da Assembleia Municipal, será no dia três de janeiro de dois mil e vinte e dois pelas vinte e uma horas.-----

E nada mais havendo a tratar, foi dada a reunião como encerrada há uma hora do dia seguinte. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

-----O SECRETÁRIO -----

--- Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos: -----

--- Registo de Presenças;-----

